

Exmo. Senhor:
Presidente da Câmara Municipal da
Marinha Grande
Praça Guilherme Stephens
2431-960 Marinha Grande

Data	N / Ref ^a .	V/Of. N ^o	V / Ref ^a
29/11/2022	0092/ADM/2022		

Assunto: Documentos de Gestão Previsional – 2023-2025

Exmo. Senhor Presidente,

De modo a dar cumprimento ao estabelecido nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, no n.º 2 do art.º 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual e na alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da empresa, enviamos em anexo os documentos previsionais para o ano de 2023, reformulados nos termos das atas n.º12 e 13 do Conselho de Administração da empresa, datadas de 23 e 28 de novembro, respetivamente, esta última fazendo parte integrante dos documentos previsionais, juntamente com o Parecer do Fiscal Único da empresa.

O original será entregue p.m.p.

Com os melhores cumprimentos,

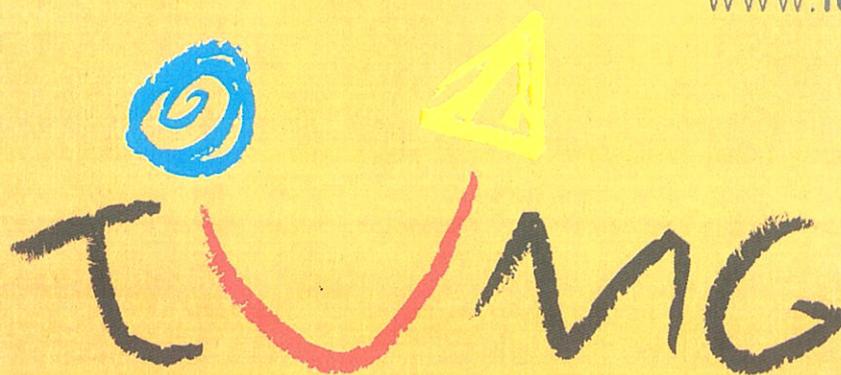


M. Fátima M. Cardoso
(Administradora)

Documentos de Gestão Previsional



www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2023-2025

Handwritten signature

Índice

Órgãos Sociais	4
Introdução	5
Cálculo do Contrato Programa 2023	14
Instrumentos de Gestão Previsional	17
Rendimentos	18
Gastos	21
Plano Anual de Investimentos 2023	24
Orçamento de Exploração Plurianual 2023-2025	26
Orçamento Anual de Tesouraria 2023	28
Balanço Previsional 2023-2025	29

TUMG -Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Documentos de Gestão Previsional 2023 - 2025

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro

Vogal: Maria de Fátima Malesso Cardoso

Fiscal Único

Dr. Luís Filipe Vicente Pinto – Revisor Oficial de Contas

Avenida Dr. José Henriques Vareda, 9 - F

2430-308 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo SIN

2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt

Introdução

A Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

Em 2023, pretendemos continuar a responder às necessidades de mobilidade da população residente no Concelho da Marinha Grande e deste modo melhorar a sua qualidade de vida.

Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam incluem o contrato de gestão, dando deste modo cumprimento ao preceituado nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º e art.º 47.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual e no respeito pelo art.º 15.º dos estatutos da empresa.

Em 2022, a nossa atividade tem vindo gradualmente a recuperar dos efeitos da pandemia pela Covid 19, mas a guerra da Rússia na Ucrânia, veio pôr fim à expectativa de recuperação económica a breve trecho e trouxe consigo o fator de imprevisibilidade no futuro.

O custo económico desta guerra está a atingir duramente a Europa. A economia tinha estado num caminho de forte recuperação e crescimento, ao sair da pandemia. Mas agora a União Europeia reduziu a previsão de crescimento de 4% para 2,7% em 2022 e aumentou a sua previsão de inflação.

Os documentos previsionais que se apresentam, assentam na continuidade daquilo que foi essencialmente o segundo semestre de 2022, no qual se constatou uma ligeira melhoria face a 2021, mas que, no entanto, ainda não se alcançou a normalidade.

Esta situação foi fortemente agravada com a guerra da Rússia na Ucrânia, que este ano colocou a inflação mundial acima de 8% e o abrandamento do crescimento global para quase metade. Os bancos centrais viram-se obrigados a acelerar a subida dos juros desde final de fevereiro.

Estima-se que cerca de metade a dois terços da subida dos preços é devido à guerra, sobretudo devido à energia e ao setor alimentar.

A recuperação económica de Portugal continua assim condicionada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, aprisionada a um contexto de grande incerteza sobre a evolução macroeconómica, sobre a organização das cadeias globais de valor, de onde se destaca o peso do setor energético.

Atendendo a todos estes fatores conjunturais da atualidade, o futuro continua a ser bastante incerto e imprevisível.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

Os transportes urbanos da Marinha Grande iniciaram a sua atividade em 2009, apenas com 2 autocarros e 2 linhas, autocarros esses subcontratados a um operador privado.

Atualmente, passados 13 anos, expandimos os transportes urbanos a todas as freguesias do Concelho. Passámos de 40 quilómetros de linhas urbanas, para uma rede de transportes que oferece 250 quilómetros de percursos.

Neste momento a Tumg disponibiliza 16 linhas urbanas, que servem todas as freguesias do Concelho e praias, todas consolidadas como linhas urbanas, com carácter regular e em funcionamento durante todo o ano.

Desde janeiro de 2021 que alcançámos autonomia plena na prestação do serviço de transporte urbano de passageiros no Concelho Da Marinha Grande, sem recurso à subcontratação.

De referir ainda que foi disponibilizada uma aplicação através da plataforma “Moovit”, que permite aos utentes dos transportes urbanos da Marinha Grande obter a informação sobre quais as paragens mais próximas para deslocação ao destino pretendido, assim como os respetivos horários.

O futuro dos transportes urbanos na Marinha Grande

A Tumg – Transportes urbanos da Marinha Grande presta um serviço público e tem como desígnio a melhoria contínua do serviço de transportes prestado à população, de forma responsável e sustentável, de modo a não comprometer a sua viabilidade económico-financeira.

Os transportes públicos constituem um serviço público essencial e devem ser sempre perspetivados na sua vertente social pois esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais. Infelizmente nem todos têm alternativa de transporte e não podemos deixar de prestar este apoio social a quem mais dele necessita.

É inegável que a Tumg presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos consubstanciam uma despesa pública.

Com a expansão dos transportes urbanos a todo o Concelho, ligando todas as freguesias à Sede de Concelho, fechámos um ciclo.

Vivemos atualmente uma grave crise energética, cuja resposta está no topo das prioridades dos decisores políticos.



No que se refere ao setor do transporte rodoviário de passageiros, o preço dos combustíveis disparou para valores inimagináveis. Os próximos mapas demonstram o verdadeiro impacto deste aumento, na rubrica de fornecimentos e serviços externos:

Combustível: Gasóleo					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	28.910	32.527,76 €	7.481,38 €	40.009,14 €	1,125 €
2020	26.721	28.392,33 €	6.530,24 €	34.922,57 €	1,063 €
2021	37.960	41.480,78 €	9.540,58 €	51.021,36 €	1,092 €
2022	46.694	66.146,02 €	15.213,58 €	81.359,60 €	1,417 €

Comparando o 1.º semestre de 2021, com período homólogo de 2022, constata-se um aumento de 0,33 € por litro de gasóleo, o que se traduziu num acréscimo de gastos com combustíveis, no valor de 15.175,55 €, para igual consumo.

Em 30.06.2021, a Tumg registou um gasto com combustíveis no valor de 41.480,78 € e em 30.06.2022, esse valor passou para 66.146,02 €, mais 24.665,24 €.

Combustível: Gasóleo					
Ano	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	57.905	65.289,13 €	15.016,50 €	80.305,63 €	1,128 €
2020	53.404	55.602,91 €	12.788,67 €	68.391,58 €	1,041 €
2021	80.107	90.865,91 €	20.899,16 €	111.765,07 €	1,134 €
2022 (*)	68.108	97.298,39 €	22.378,63 €	119.677,02 €	1,429 €

(*) Até setembro

Comparando com 2021, em 2022 constata-se um aumento de 0,30 € por litro de gasóleo. O mesmo consumo de 2021 traduziria um acréscimo de gastos com combustíveis em 2022, no valor de 24.032,10 €.

Aditivo: Adblue					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	499,69	206,37 €	47,47 €	253,84 €	0,41 €
2020	581,45	268,63 €	61,78 €	330,41 €	0,46 €
2021	916,91	595,99 €	137,08 €	733,07 €	0,65 €
2022 (*)	1033,13	1.159,17 €	266,61 €	1.425,78 €	1,12 €

(*) Até setembro

O aditivo adblue passou de 0,65 € por litro em 2021, para 1,12 € em 2022.

Para futuro, tendo em conta as atribuições da Tumg, iremos atuar a outros níveis, nomeadamente na melhoria do conforto dos passageiros, ao nível de disponibilização de mais abrigos, na informação aos passageiros, em particular em processos de informação proactivos e em tempo real e na opção de carregamento dos passes nos próprios autocarros, sem necessidade de deslocação aos serviços administrativos.

Para além disso, a Tumg pretende aprofundar a sua colaboração com a Câmara Municipal da Marinha Grande, para implementar medidas que potenciem o uso do transporte coletivo, em detrimento do veículo particular.

Está em curso um estudo sobre a mobilidade na Marinha Grande, instrumento que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade, definindo um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico, indutor de uma maior coesão social e orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética.

A mobilidade suave também será equacionada, estão a ser construídas várias ciclovias, pelo que será uma janela de oportunidade para criar as condições necessárias e incentivar a utilização da bicicleta.

Quando se fala em futuro da mobilidade, o ponto de partida é “*não podemos ter cidades com tantos automóveis e tão dependentes do automóvel*”.

A Comissão Europeia estabeleceu que até 2050 o nível de emissões para a atmosfera deve ser reduzido em 60 % e que até 2030 o centro urbano das cidades deverá ficar livre de veículos movidos a combustíveis fósseis. Estes dois objetivos são fundamentais para que exista uma mudança de paradigma na forma como olhamos para a mobilidade urbana nas cidades.

Nesta matéria, as novas gerações estão a impulsionar esta mudança, são muito mais exigentes com as questões ambientais, gostam de utilizar as novas tecnologias também em matéria de mobilidade.



Ainda perspetivando o futuro, continua a ser imperiosa a construção de um terminal que possa agregar os transportes urbanos e interurbanos e a mobilidade suave.

Para além de melhorar o conforto dos utilizadores dos transportes públicos, irá promover a mobilidade ativa e a integração intermodal dos transportes públicos.

O interface de transportes deve ser perspetivado como um centro multifuncional de transportes, de informação, de comércio e eventualmente até de serviços.

Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público. Existem espaços de estacionamento gratuito, contíguos aos parques de estacionamento onerados.

Os utilizadores dos parques de estacionamento de duração limitada, continuam a ter ao seu dispor uma aplicação de telemóvel para pagamento do estacionamento que lhes permite uma mobilidade, uma vez que não é necessário recorrer a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação.

Para 2023 não estão previstas alterações ao tarifário vigente e é importante referir que a Marinha Grande mantém em vigor valores muito abaixo daqueles que são praticados nos Concelhos limítrofes.

Acresce ainda o facto de que não tem havido expansão das zonas de estacionamento de duração limitada, designadamente nos locais junto à primeira linha das praias, o que poderia constituir uma medida benéfica, uma vez que iria contribuir para o reforço da mobilidade suave, com melhoria da circulação pedonal e ciclável. Esta é uma medida que terá necessariamente que ser aplicada, a breve trecho. A receita proveniente deste segmento de atividade, deverá ser aplicada em investimento na mobilidade, na melhoria do rácio de equilíbrio entre qualidade do serviço/conforto do utilizador/sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, para 2023 e em comparação com 2022, não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.

Transportes Escolares

Até ao início de 2022, devido à pandemia de COVID-19, a Tumg desenvolveu esforços no sentido de garantir toda a segurança no transporte dos alunos desde os seus locais de residência até aos respetivos estabelecimentos de ensino e todos os transportes de alunos que se mostrem necessários, de acordo com as orientações da DGS.

Gradualmente, reiniciámos o caminho da normalidade.

Para 2023, não estão previstas alterações ao modelo de exploração deste segmento de atividade, pelo que continuam afetos a este serviço, 7 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, devidamente homologados e licenciados para o transporte coletivo de crianças, 1 propriedade da Tumg, 5 subcontratados para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.

- Estes autocarros continuam a ser utilizados para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para

pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2022, a evolução da pandemia já permitiu retomar as atividades complementares e extracurriculares. Assim sendo, estes autocarros continuarão a estar disponíveis em 2023 para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para a prática desportiva, participação em eventos culturais e recreativos, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2023 a Tumg continuará a assegurar o serviço de:

- Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico; o Transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino; o Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
- A prestação de serviços a subcontratar continua a incluir vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

Neste segmento de atividade, em 2022, estamos gradualmente a retomar a prestação deste serviço, que ficou comprometido devido à pandemia pela Covid 19.

É prospetivável que continuemos a prestar o serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do acionista único, o tarifário permanecerá inalterado em 2023.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

Contrato-Programa para 2023 — Transporte Urbano de Passageiros

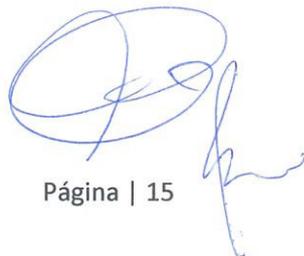
O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2023, é de 524.759,70 € (quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos), ao qual acresce iva à taxa legal em vigor (6%).

O valor proposto reflete um aumento na ordem dos 10,86% face à proposta apresentada no ano anterior e resulta dos seguintes pressupostos:

- Os efeitos da pandemia da Covid 19 ainda se fizeram sentir no início de 2022, com as consequentes repercussões negativas na receita, sentidas em todos os segmentos de atividade da empresa: transportes urbanos, transportes escolares e ocasionais e estacionamento.
- Os efeitos negativos da guerra são uma realidade incontornável: o aumento sem precedentes da inflação e a crise no setor energético, imprimem uma grande vulnerabilidade à atividade de transporte rodoviário de passageiros, essencialmente devido à dependência dos combustíveis e outras fontes de energia e matérias primas, a par da incerteza e da imprevisibilidade quanto ao futuro, transversais a todos os setores económicos. Neste ponto, salientamos o peso material da rubrica dos fornecimentos e serviços externos, relativos à atividade dos transportes urbanos, que passaram de 223.580,14 € em 2021, de onde se destacam os gastos com os combustíveis, no valor de 90.865,91 €, para uma projeção para 2023 de 252.555,94 € para fornecimentos e serviços externos, e gastos com os combustíveis no montante de 133.643,80 €.
- A base de cálculo para o valor proposto para o contrato programa para 2023, assenta nos registos contabilísticos obtidos no primeiro semestre 2022, projetados à data de 31 de dezembro de 2022.
- Prosseguindo o objetivo da autonomização progressiva do serviço de transportes urbanos no Concelho da Marinha Grande, desde janeiro 2021, que estamos a prestar este serviço a 100% com meios próprios, sem recurso à subcontratação.
- Em 2022, a Tumg assegurou, através de meios próprios (12 miniautocarros), a prestação do serviço em todas as 16 linhas urbanas existentes.

- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta da projeção da informação contabilística apurada em 30 de junho de 2022.
- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, à data de 30 de junho de 2022.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2023:


Página | 15

CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	
	Orçamento 2023
Gastos	
(Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica)	
Transportes Urbanos	
Serviços Diversos	252.555,94
Gastos com pessoal	261.374,89
Depreciações	150.581,86
Impostos	134,76
Outros	120,58
Gastos Perdas Financeiras	22,94
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	664.790,97
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	50.658,63
Bilhetes a bordo	46.449,02
Bilhetes pré-comprados	4.209,61
Passes	74.812,64
Geral	29.528,30
Jovens	32.459,00
Seniores	11.374,62
Cartões	1.450,72
Outros	14.560,00
Publicidade	14.560,00
Outros	
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	140.031,27
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	524.759,70

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, e à semelhança do que acontece na maior parte dos municípios, a terceira idade e a população escolar continuam a evidenciar os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração para 2023 foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração, na assunção de que a entidade pública participante não irá propor alterações ao tarifário vigente.

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2021-2023, elaborados em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º 1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2023
- Orçamento Gastos 2023
- Plano Anual de Investimentos 2023
- Orçamento Anual de Exploração 2023-2025
- Orçamento Anual de Tesouraria 2023
- Balanço Previsional Plurianual 2023-2025

A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os tempos de incerteza, sem dúvida que serão o grande desafio da nossa missão.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica a 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2023, situa-se em 1.010.911,36 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Varição
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06	16,2%
Subsídio à exploração	524.759,70	473.337,37	10,86%
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46	-1,4%
Juros dividendos e outros rendimentos similares		0,10	0,0%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.010.911,36	835.234,99	21%

Comparativamente ao orçamento elaborado para 2022, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento de 21%.

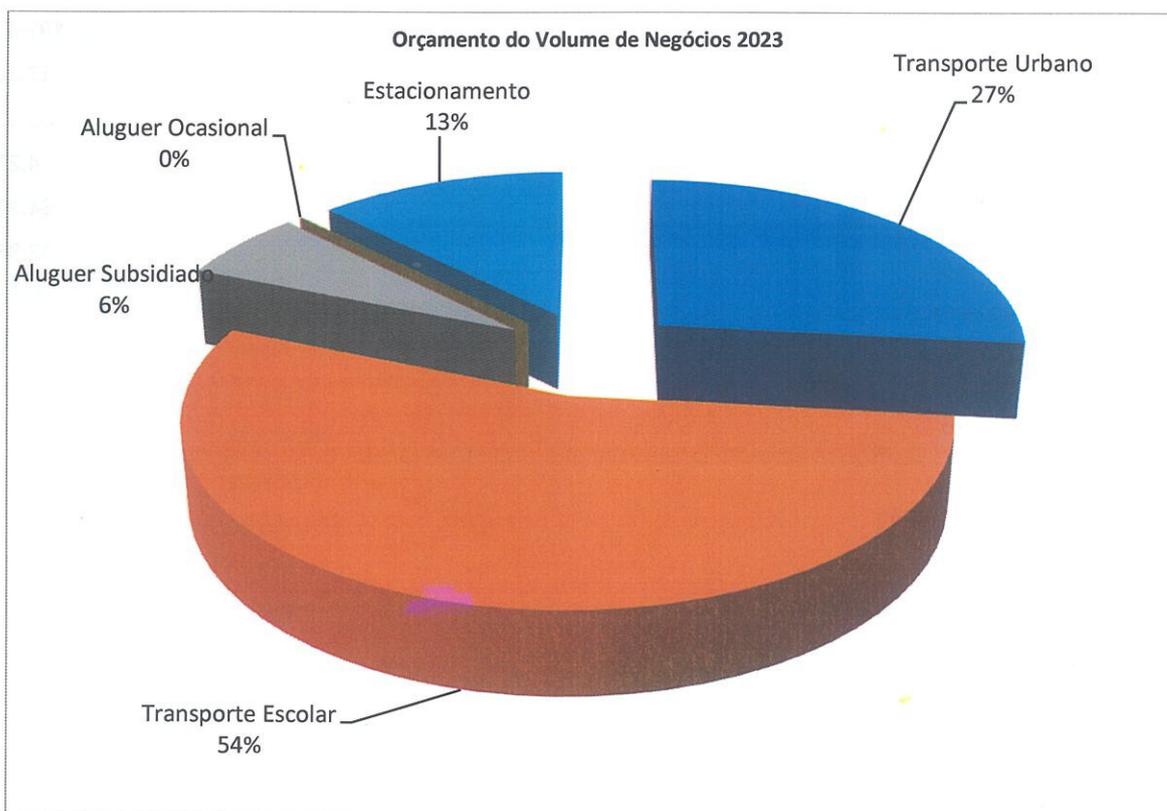
A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 650.230,98 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 559.783,41 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 125.471,28 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 58.936,72 €, correspondente ao ano completo de atividade.
- Transportes escolares: atendendo aos fatores supra enunciados, é exetável o valor de proveitos de 256.873,44 €.

- Transportes subsidiados pelo Município: Atendendo à retoma gradual desta atividade, ocorrida em 2022, prevemos uma receita de 30.310,22 €.
- Transportes ocasionais: atendendo ao histórico de 2021 e à reduzida expressividade no primeiro semestre de 2022, o valor a considerar não traduz relevância material.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022.

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06
Transportes passageiros	287.183,66	197.274,92
Aluguer subsidiado	30.310,22	340,00
Transportes escolares	256.873,44	196.934,92
Transportes ocasionais	0,00	0,00
Transportes urbanos de passageiros	125.471,28	101.570,96
Bilhetes	50.658,64	37.266,82
Bilhetes a bordo	46.449,02	32.987,54
Bilhetes pré-comprados	4.209,62	4.279,28
Passes	74.812,64	64.304,14
Geral	29.528,30	32.384,48
Jovens	32.459,00	19.487,30
Seniores	11.374,62	11.583,34
Cartões	1.450,72	849,02
Estacionamento	58.936,72	37.091,18
Bilhetes	58.936,72	37.091,18
Subsídio à exploração	524.759,70	473.337,37
Contrato de gestão	524.759,70	473.337,33
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Publicidade	14.560,00	16.540,00
Subsídio Investimento	0,00	9.420,46
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,10
Juros de aplicações financeiras	0,00	0,10
Outros Rendimentos		
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.010.911,36	835.234,99
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	52%	57%

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2023, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito e refletem o agravamento dos preços dos bens e serviços, registado no primeiro semestre de 2022.

GASTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Desvio
FSE	534.992,04	372.827,58	43%
Gastos com o pessoal	322.400,71	283.500,52	14%
Gastos de depreciação/amortização	152.120,06	171.283,93	-11%
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54	-15%
Gastos e perdas de financiamento	53,00		
Impostos sobre rendimento período	166,40	1.510,41	
TOTAL DOS GASTOS	1.010.098,91	829.552,98	22%

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2023 e 2022, e respetivos desvios.

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 1.010.098,91 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, passando o seu valor percentual de 45% para 53% dos gastos totais em 2023.

Da análise do quadro, constata-se um aumento dos gastos na ordem dos 22% relativamente ao ano anterior, destacando-se o enorme aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, dos quais se destacam:

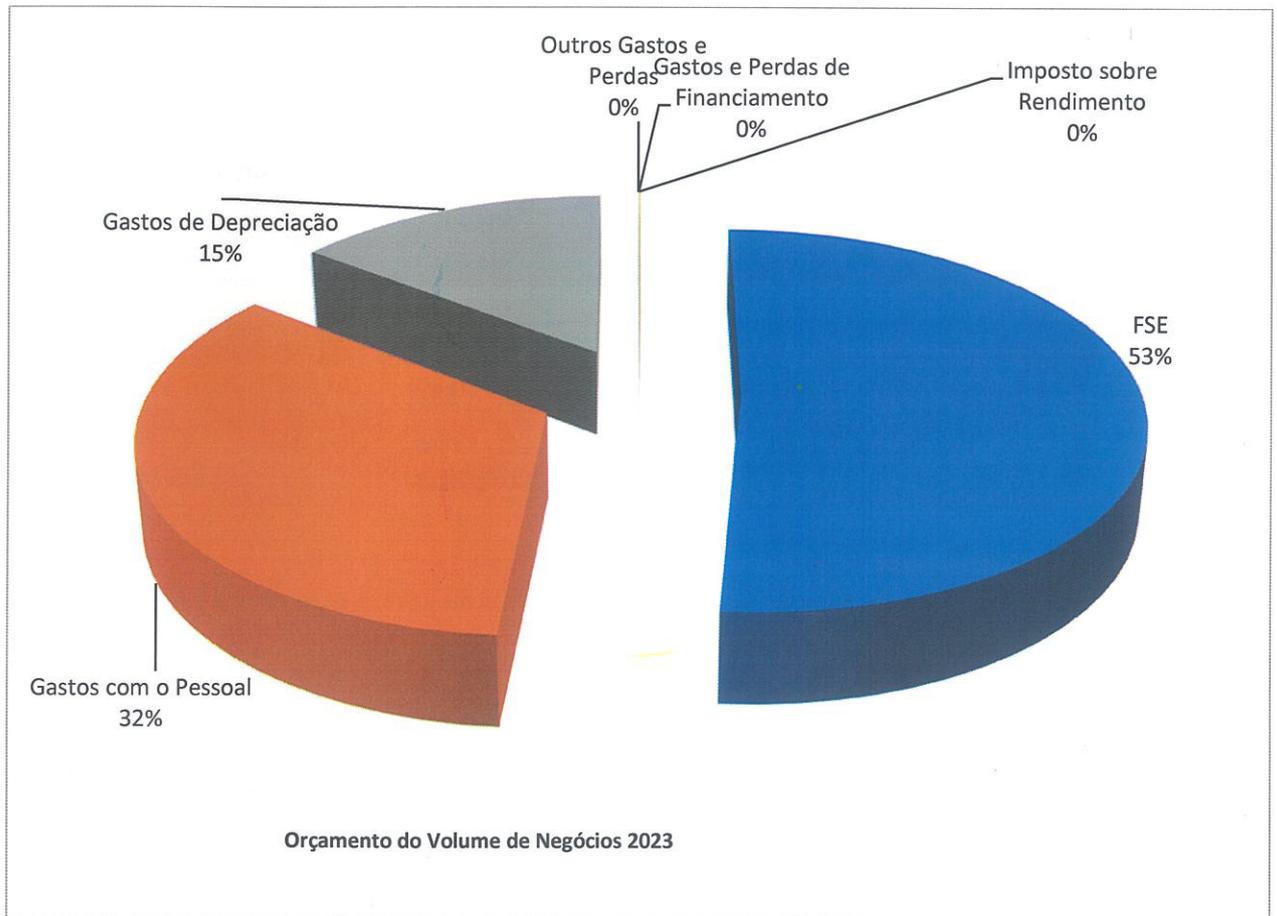
- Energia e fluídos: passa de um valor de 85.907,26 € no orçamento para 2022, para 136.745,56 € em 2023. Mais 49.838,30 €
- Gastos com o Pessoal: passa de um valor de 283.500,52 € no orçamento para 2022, para 322.400,71 € em 2023. Mais 38.900,19 €
- Subcontrato Transportes Escolares: passa de um valor de 136.560,06 € no orçamento para 2022, para 267.218,06 € em 2023. Mais 130.658,00 €

Os gastos de depreciação/amortização, no valor de 152.120,06 €, continuam a representar um valor com grande relevância material.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de pessoal.

Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor para 2022.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022:

GASTOS		
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Fornecimentos e serviços externos	534.992,04	372.827,58
Subcontratos	267.218,06	136.560,06
Transportes Públicos	0,00	0,00
Outros alugueres	0,00	0,00
Transportes Escolares	267.218,06	136.560,06
Serviços especializados	85.006,00	107.119,76
Trabalhos especializados	17.247,04	6.484,74
Honorários	15.200,00	10.200,00
Publicidade e propaganda	2.728,54	4.838,06
Vigilância e segurança	11.377,86	7.667,42
Conservação e reparação	38.005,66	76.590,02
Serviços bancários	446,90	1.339,52
Outros	0,00	0,00
Materiais	4.584,16	2.808,48
Ferramentas e Utensílios	139,74	54,46
Livros e documentação técnica	54,00	216,00
Material de escritório	4.178,72	2.132,94
Artigos para oferta	211,70	405,08
Energia e fluidos	136.745,56	85.907,26
Eletricidade	2.605,60	2.061,16
Combustíveis	133.643,80	83.350,36
Água	496,16	495,74
Deslocações estadas e transportes	248,80	110,86
Deslocações e estadas	248,80	110,86
Serviços Diversos	328,72	0,00
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Transporte Mercadorias	328,72	0,00
Comunicação	4.241,18	3.886,54
Telefones, correio telemóveis	4.241,18	3.886,54
Seguros	31.874,84	31.583,90
Responsabilidade civil	31.874,84	31.583,90
Contencioso e notariado	1.612,40	290,64
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	3.132,32	4.560,08
Outros Serviços	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	322.400,71	283.500,52
Remunerações órgão sociais e pessoal	245.952,25	222.294,94
Encargos sobre remunerações	60.534,62	47.586,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10.368,38	8.631,36
Outros gastos com o pessoal	5.545,46	4.987,24
Gastos de depreciação e de amortização	152.120,06	171.283,93
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	152.120,06	171.283,93
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54
Outros	366,70	430,54
Gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Impostos sobre o rendimento do período	166,40	1.510,41

IRC	166,40	1.510,41
TOTAL DOS GASTOS	1.010 098,91	829.552,98

Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2023 foi calculado com base nos valores reais à data de 30 de junho 2022, projetados a 31 de dezembro 2022, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2023:

- Subcontrato
Refle os custos diretos dos transportes escolares, atentas as necessidades previstas para 2023, com base no valor do contrato adjudicado para 2022.
- Gastos de depreciação/amortizações

Plano Anual de Investimentos 2023

É nossa intenção proceder à aquisição de 2 abrigos de passageiros.

Será igualmente necessário proceder à aquisição de um miniautocarro, uma vez que a empresa possui 3 viaturas com 17 anos.

Uma vez que a empresa está a operar a 100% com meios próprios, é necessário substituir as viaturas em fim de vida, de modo a não reduzir a sua atividade.

A aquisição desta viatura não está ainda contabilizada nas demonstrações financeiras para 2023, uma vez que à presente data não existem linhas de financiamento abertas para o efeito.

INVESTIMENTOS	Orçamento 2023
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Equipamento Básico	
2 Abrigos de Passageiros	5.480,00
Total dos Investimentos	5.480,00

No 1.º semestre de 2022, o investimento em imobilizado reduziu-se a 3.802,90 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	1.º semestre 2022
Ativos Fixos Tangíveis	
Equipamento Básico – Bancos elevatórios	280,90
Equipamento Básico – Câmara de Vigilância	1.247,00
Ativos Fixos Intangíveis	
Software Implementação do código QR	2.275,00
Total	3.802,90

Ainda não nos foi possível concretizar o objetivo de adquirir uma viatura elétrica, tal como previsto no orçamento para 2022, uma vez que o programa de financiamento para aquisição de viaturas limpas, de transporte pesado de passageiros, foi aberto apenas para as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Aguardamos que o programa seja reaberto, com abrangência a outras entidades.

Orçamento de Exploração Plurianual – 2023-2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

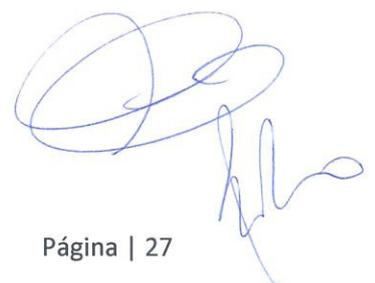
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Vendas e serviços prestados	471.591,66	335.937,06
Subsídios à exploração	524.759,70	473.337,37
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 372.827,58
Gastos com pessoal	- 322.400,71	- 283.500,52
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 430,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	178.476,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 171.283,93
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	7.192,32
Juros e rendimentos similares obtidos		0,10
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	
Resultado antes de impostos	978,85	7.192,42
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 1.510,41
Resultado líquido do período	812,45	5.682,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Orçamento 2025
Vendas e serviços prestados	471.591,66	481.023,49	490.643,96
Subsídios à exploração	524.759,70	535.254,89	545.959,99
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 532.691,88	- 542.345,72
Gastos com pessoal	- 322.400,71	- 328.848,72	- 335.425,70
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	14.851,20	15.148,22
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 374,03	- 381,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	169.214,95	173.599,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 167.620,06	- 162.620,06
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	19.594,89	28.979,19
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	- 54,59	- 56,23
Resultado antes de impostos	978,85	19.540,30	28.922,96
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 3.321,85	- 4.916,90
Resultado líquido do período	812,45	16.218,45	24.006,06

O Orçamento plurianual de exploração (2023/2025) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: O subsídio à exploração para 2023, traduz um incremento na ordem dos 10,86%, de modo a equilibrar o aumento dos gastos, uma vez que o tarifário dos transportes urbanos e do estacionamento se mantêm inalterados.
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos



Orcamento Anual de Tesouraria – 2023

RUBRICAS	Previsão 2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	1.187.906,17
Pagamentos a fornecedores	-732.938,24
Pagamentos ao pessoal	-319.580,97
Caixa gerada pelas operações	135.386,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-126.920,07
Outros recebimentos/pagamentos	-419,70
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	8.047,18
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-6.740,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-6.740,40
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-52.229,76
Juros e gastos similares	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-52.229,77
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-50.922,98
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	236.369,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	185.446,21

Balanço Previsional Plurianual – 2022-2024

RUBRICAS	Previsão 2023	Previsão 2024	Previsão 2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	359 000,58 €	209 380,52 €	64 760,46 €
Participações Financeiras	3 282,04 €	4 086,40 €	4 890,64 €
	362 282,62 €	213 466,92 €	69 651,10 €
Ativo corrente			
Clientes	180 676,75 €	184 290,28 €	187 976,09 €
Estado e outros entes públicos	8 862,69 €	19 012,21 €	29 272,06 €
Outras contas a Receber	218 170,55 €	196 353,50 €	176 718,15 €
Diferimentos	45,94 €	47,32 €	48,74 €
Caixa e depósitos bancários	185 446,21 €	473 665,95 €	518 108,11 €
	593 202,14 €	873 369,26 €	912 123,15 €
Total do Ativo	955 484,77 €	1 086 836,18 €	981 774,24 €
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338 000,00 €	338 000,00 €	338 000,00 €
Reservas legais	40 483,06 €	40 564,30 €	40 692,14 €
Resultados transitados	263 416,53 €	264 147,73 €	265 298,33 €
	641 899,59 €	642 712,03 €	643 990,47 €
Resultado líquido do período	812,45 €	16 218,45 €	24 006,06 €
Total do capital próprio	642 712,04 €	658 930,48 €	667 996,53 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	52 229,73 €	- €	- €
Provisões	61 727,00 €	61 727,00 €	61 727,00 €
	113 956,73 €	61 727,00 €	61 727,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	97 951,38 €	260 904,97 €	208 489,46 €
Estado e outros entes públicos	17 368,83 €	24 904,58 €	18 235,76 €
Outras contas a pagar	30 164,80 €	27 148,32 €	24 433,49 €
Financiamentos Obtidos	52 229,76 €	52 229,73 €	- €
Diferimentos	1 101,23 €	991,11 €	892,00 €
	198 816,00 €	366 178,71 €	252 050,71 €
Total do Passivo	312 772,73 €	427 905,71 €	313 777,71 €
Total do capital próprio e do passivo	955 484,77 €	1 086 836,18 €	981 774,24 €

Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 1.010.911,36 € e gastos num total de 1.010.098,91 €, originando um resultado antes de impostos no valor de 812,45 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 28 de novembro de 2022, com a deliberação cujo conteúdo se transcreve.



Deliberação do Conselho de Administração

28.11.2022

O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada, na sequência da reformulação proposta na reunião do Conselho de Administração do dia 23.11.2022, pelo facto de a presidente do CA, no exercício do seu voto de qualidade, ter determinado a reformulação dos documentos, nomeadamente a retirada do valor da aquisição do veículo, a contratação de dois recursos humanos e avaliação da revisão dos valores do combustível tendo por base o facto de ter sido apresentado um aumento de 60%, quando no Município, a média do ano em curso, se cifra em 25%.

Em face do acima referido, a administradora executiva teceu os seguintes comentários:

1 - Entende que é necessário a aquisição de um miniautocarro, quer seja movido a combustíveis fósseis ou elétrico. Contudo, considerando a diferença de preços (o segundo é 3 vezes superior ao primeiro) propôs a aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, pelas razões que passa a expor:

- Considera que, atendendo à idade de algumas viaturas, que fazem parte da frota da empresa municipal, designadamente 3, adquiridas em 2005, é urgente proceder à substituição das mesmas, pelo que propõe a aquisição de um miniautocarro em 2023.
- Uma vez que neste momento não existem programas de financiamento para a aquisição de viaturas de transporte público de passageiros elétricas, estando esse programa apenas previsto para a Área Metropolitana de Lisboa e Porto;



- Atendendo ao investimento elevado que a aquisição de uma viatura com esta tipologia comporta, na ordem dos 280 mil euros;
- A vogal executiva considera ser importante e urgente a aquisição de uma viatura a diesel, cujo valor de aquisição é de cerca de 90 mil euros, de modo a fazer face, num prazo mais imediato, a este constrangimento de meios operacionais (autocarros), sob pena de termos a circular veículos que não oferecem as condições de conforto e segurança necessárias para efetuar o serviço público de transporte de passageiros, quer para os utilizadores quer para os próprios motoristas.
- Salientou ainda o facto de que a aquisição do autocarro a diesel, prevista para 2023, não onera o contrato programa para 2023.

2 - A administradora executiva entende que o orçamento deveria contemplar o recrutamento, de pelo menos, de 2 recursos humanos, de modo a garantir a realização da atividade da empresa, no âmbito das atribuições e estratégias definidas. Assim, quanto ao recrutamento de 2 recursos humanos refere o seguinte:

- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumg, é necessária a contratação de mais um motorista, de modo a garantir os tempos de pausa, as rendições e colmatar as férias, faltas e licenças de todos os motoristas.
- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumg, é igualmente necessário o recrutamento de um responsável de serviço, com conhecimentos da atividade, para coadjuvar a Vogal executiva, nas funções de direção, orientação, e fiscalização dos motoristas, assim como para planear as atividades do serviço de transporte público de passageiros, atendendo a que essas funções atualmente recaem única e exclusivamente sobre esta, o que pode comprometer o normal funcionamento da empresa, nos seus impedimentos de férias, faltas e licenças.



3 - A administradora executiva, no que se refere aos custos com o combustível explanou o seguinte:

- Os custos com o combustível colocados no orçamento para 2023, traduzem um aumento na ordem dos 60% e que corresponde aos gastos reais incorridos com aquela rubrica, que passaram de 41.480,78 € no 1.º semestre de 2021, para 66.146,02 € no 2.º semestre de 2022, o que representa um acréscimo de 59,46 %, não sendo expetável que esta situação evolua de forma positiva, uma vez que não se perspetiva o fim da crise energética que vivemos a nível mundial.

4 - A administradora executiva considera, quanto à alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023, que é alheia a esse constrangimento, pelo que tem que ser o Município a encontrar soluções que salvaguardem os interesses da empresa.

5- A Administradora executiva teceu ainda as seguintes considerações:

- Os transportes públicos constituem um serviço público essencial, devem ser perspetivados na sua vertente social e a tendência mundial é que se tornem gratuitos, uma vez que esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais;
- A Tumg presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos deve ser encarado como uma despesa pública que existirá sempre, qualquer que seja o modo de exploração do serviço;
- Uma forma de reduzir o valor do subsídio à exploração e nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências no domínio do estacionamento público, no âmbito do objeto social e atribuições

estatutariamente consagradas à empresa municipal, designadamente no que se refere à gestão dos parques de estacionamento onerados, as receitas das multas neste domínio, deveriam reverter para esta e não para o Município;

- Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade.

6 – A administradora executiva entende ainda que esta obrigação de redução do valor do subsídio à exploração, resultante da ausência de dotação orçamental da Câmara Municipal, para o ano de 2023, não tem qualquer fundamentação por parte da Presidente do Conselho de Administração. De qualquer modo, é sua convicção que uma determinação deste tipo, por parte da Presidente do CA, carece de uma posição fundamentada do acionista único que até esta data não foi se pronunciou.

7 - A Administradora executiva declina assim quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar.

Sobre o exposto pela Administradora da TUMG, a presidente do Conselho de Administração regista o seguinte:

1. A Administradora da empresa fez uma proposta de documentos previsionais que remeteu para o revisor oficial de contas, sem conhecimento prévio e discussão da mesma em sede de Conselho de Administração.

2. Ao tomar conhecimento de tal facto, a Presidente do Conselho de Administração convocou reunião para o dia 23.11.2022 para apreciar o assunto.

3. Nessa reunião esteve presente a Técnica Superior Jurista, Dr.ª Madalena Oliveira, dado que necessitada de solicitar documentos específico para a elaboração a proposta de mandato discriminado, e a Dirigente, Dr.ª Sandra Paiva, para abordar a questão do enquadramento orçamental e as formas através das quais podia o Município proceder ao mesmo. Nessa reunião abordou-se o valor disponível à data e os possíveis cenários do enquadramento.

4. Atenta à proposta inicial de documento apresentada pela Administradora (Anexo 1), a Presidente do Conselho de Administração manifestou, em reunião do dia 23.11.2022, a sua discordância relativamente às seguintes matérias:

a) Aquisição do miniautocarro: conforme foi esclarecido na reunião trata-se da aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, o que determinou a sua posição de discordância, atento o facto de se tratar de uma viatura que não seria movida a energia elétrica, ou outra energia alternativa e sustentável.

A Presidente acrescentou ainda que o facto de não ter sido demonstrada a existência de apoios financeiros para a aquisição de veículo elétrico de transporte público de passageiros, determinou também a posição tomada;

b) Contratação de recursos humanos: A Presidente entendeu que, face ao aumento de custos resultantes da contratação de dois novos trabalhadores, não tinha ficado devidamente demonstrada e fundamentada a necessidade dos mesmos, o que dada a situação financeira da empresa determinou também a sua não concordância;

c) Custos com combustível: A Presidente considera que o aumento de cerca de 60% parece ser excessivo devendo o mesmo ser revisto, dado que os valores comparativos do Município, apontam para um valor médio de 25%.

5. A Presidente do Conselho de Administração tem outra perspetiva quanto a este assunto, entende que a empresa deve encontrar outros rendimentos que não passem pela dependência da subsidiação do Município, mas por aumentar a prestação de serviços de modo que a empresa seja sólida e autossustentável.

6. Depois desta reunião, em contacto telefónico estabelecido com a Administradora, a Presidente do Conselho de Administração, face aos argumentos invocados pela Administradora quanto às suas preocupações com a reavaliação do valor do combustível, deu orientação à Administradora de que deve manter os dois domínios da alteração expressa na reunião de 23.11.2022, isto é, deve ser retirada a proposta de aquisição do autocarro e da contratualização de dois recursos humanos, o que nada tem que ver com custos dos combustíveis (uma vez que a administradora considera deverem manter-se), situação que figura na segunda versão da proposta dos documentos previsionais, também por orientação sua. Para ser mais clara, a segunda versão, ora em apreciação nesta reunião, mantém os custos de combustível previstos na proposta inicial, tendo sido retirados os valores do autocarro e dos dois recursos humanos.

7. Relativamente aos pontos acima expressos quanto à natureza dos transportes públicos, à prestação do serviço essencial e à expressão utilizada pela Administradora “Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA”, a presidente do CA esclarece que nada disso está em causa na proposta de instrumentos previsionais em apreço nesta reunião.

8. Quanto à afirmação da Administradora de “alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023 (...) amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade”, a Presidente do CA esclarece que o suprarreferido é uma falsa questão, que deturpa tudo o que foi a orientação da Presidente do CA, uma vez que não é nada disto que está em causa, mas somente a retirada dos valores do custo com dois recursos humanos, a aquisição de um autocarro movido a combustível fóssil (a opção da Presidente do CA é a de adquirir um veículo movido a energia elétrica, ou outra ecologicamente mais eficiente, com apoio de financiamento externo, com impacto em termos de redução da pegada ambiental, constituindo-se este como um ponto de honra da qual ela não abdica). O valor do combustível manteve-se na proposta em apreço, pelo que a Presidente do CA não deu qualquer indicação para baixar este valor, apenas retirar o do autocarro e dois recursos humanos.

9. Por outro lado, não havendo qualquer proposta no sentido de serem criadas novas linhas urbanas de circulação, esclareceu que tal argumento também é uma falsa questão, uma vez que essa intenção não se encontra espelhada nos documentos previsionais apresentados.

10. Também não está em causa a importância do serviço público prestado pela TUMG, atendendo à sua relevância social.

11. Quanto aos recursos humanos a Presidente do CA entende que o que verdadeiramente está aqui em causa é a necessidade de rentabilizar os recursos humanos atualmente existentes na TUMG, numa conjuntura económica e financeira de grande instabilidade, que se antevê para o ano de 2023, devendo prescindir-se do recrutamento de novos elementos, privilegiando-se a otimização dos trabalhadores da empresa, com isso evitando um aumento de custos que lhe parece desnecessário.

12. Assim como entende que, atenta a conjuntura, não é o momento adequado para se proceder à contratação de um responsável de serviço que a possa substituir nas suas ausências, quando esta necessidade nunca foi manifestada pela Administradora, ao longo dos vários anos em que exerce este cargo.

13. Importa ainda clarificar que “a Administradora não pode declinar quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar”, quando a Presidente do CA, apenas lhe deu a indicação de ajustar a proposta inicial do documentos retirando os custos inerentes à aquisição de um autocarro e à contratualização de dois recursos humanos (o que não consubstancia uma suborçamentação do orçamento, nem põe em causa a empresa). A única redução que se reflete no contrato-programa é o correspondente ao montante previsto para os recursos humanos, no valor de 35.023,71€.

A presente ata integra a proposta inicial realizada pela administradora (Anexo 1) e a proposta de documento Previsionais reformulada pela Administradora, nos termos e dando cumprimento à deliberação da reunião do CA datada de 23.11.2022 (Anexo 2) - onde não consta a aquisição do veículo e contratação de dois recursos humanos - à qual ela não é alheia.



O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada pela Administradora (Anexo 2), ajustada à retirada dos valores do autocarro e dos dois recursos humanos, tendo deliberado aprovar os seus termos, com o voto de qualidade da presidente do CA e o voto contra da Vogal executiva.

Mais deliberou submeter o documento à apreciação do Revisor Oficial de Contas e à Câmara Municipal.

A vogal executiva vota contra o reajustamento dos documentos previsionais dada a redução do valor da proposta para o contrato programa, nos termos supra elencados, e por considerar que essa redução, tal como explanado, desvirtua a realidade da empresa, para além de implicar uma tentativa de alvitrar uma redução da sua atividade, com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade, com a agravante de poder colocar em causa a segurança de pessoas e bens e conduzir ao eventual encerramento da empresa tendo apresentando uma declaração de voto, que faz parte integrante da presente ata.

A Presidente do Conselho de Administração também declarou o seguinte: “a proposta ora apresentada prevê que o custo de exploração para o ano 2023 é de 524.759,70€ em vez dos 559.783,41€ previstos na proposta inicial, logo não é o seu diferencial (35.023,71€), ou seja, apenas não contempla inerente à pretendida contratação de dois recursos humanos. Ou seja, não tem qualquer redução na atividade com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade nem põe em causa segurança de pessoas e bens e conduz ao eventual encerramento da empresa”.



Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezanove e trinta, lida e aprovada a ata respetiva que foi assinada pelos membros que compõem o Conselho de Administração da empresa.

Conselho de Administração

Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro

Maria de Fátima Malesso Cardoso

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, Unipessoal, Sa (a Entidade) relativos ao período de 2023 a 2025, que compreendem os planos de atividades, os orçamentos anuais, incluindo as estimativas das operações financeiras com a Autarquia Local, planos de investimento e respetivas fontes de financiamento, incluindo os pressupostos em que se basearam.

Tais instrumentos de gestão previsional prevêem para 2023 rendimentos de 1.010.911,36 euros, gastos num total de 1.010.098,91 euros e investimentos de 5.480,00 euros.

O presente relatório substitui o emitido com data de 16 de novembro de 2022 uma vez que foi deliberado pelo conselho de administração alterar as suas opções de gestão face às previsões iniciais constantes no plano de atividades e orçamento datado de 8 de novembro de 2022, nos seguintes termos:

1 – não investir numa viatura no valor de 90.000 euros, prevista concretizar no fim de 2023, pelo que os efeitos são apenas na tesouraria.

2- não contratar dois novos colaboradores com o custo anual estimado em 35.023,71 euros, o que implica também uma redução nos subsídios à exploração (contrato programa com a Autarquia) no mesmo valor, pelo que o efeito nos resultados é nulo.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo “Reserva” abaixo, entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Reserva

Todos os critérios de solvabilidade das empresas locais previstos no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, não se mostram cumpridos.

Recorde-se que relativamente aos anos de 2020 e 2021, foi excepcionada a obrigação do cumprimento de tais critérios por força dos efeitos da pandemia Covid-19.

Tendo, em termos substanciais, terminado os efeitos negativos desta pandemia, surgiu no início do corrente ano uma grave crise mundial com um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, com efeitos recessivos na Europa e uma inflação prevista para Portugal no corrente ano na ordem dos 8% com especial incidência nos combustíveis, além de trazer uma grande imprevisibilidade no futuro.

A Entidade admite que nos próximos exercícios as condicionantes até agora existentes poderão manter-se, não sendo possível quantificar esses efeitos face à elevada incerteza existente.

Considerando estas circunstâncias, é previsível que continue a ser dispensado o cumprimento dos critérios previstos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o que não está contudo, nesta data, confirmado.

Os efeitos e consequências deste quadro e das medidas de natureza legal que possam vir a ser tomadas correspondem a limitações de âmbito, o que condiciona o nosso parecer.



LUIS PINTO

Revisor Oficial de Contas / Statutory Auditor

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo “Reserva” acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Marinha Grande, 29 de novembro de 2022

Assinado por: **Luís Filipe Vicente Pinto**
Num. de Identificação: 04738901
Data: 2022.11.29 14:50:25+00'00'





ATA 13/2022

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, na sua sede, sito na Rua Pereira Crespo, Marinha Grande, reuniu o Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A., estando presentes os membros do Conselho de Administração, Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, na qualidade de Presidente a e Vogal, Maria de Fátima Malessa Cardoso (Administradora).

Ponto único | APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2025

O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada, na sequência da reformulação proposta na reunião do Conselho de Administração do dia 23.11.2022, pelo facto de a presidente do CA, no exercício do seu voto de qualidade, ter determinado a reformulação dos documentos, nomeadamente a retirada do valor da aquisição do veículo, a contratação de dois recursos humanos e avaliação da revisão dos valores do combustível tendo por base o facto de ter sido apresentado um aumento de 60%, quando no Município, a média do ano em curso, se cifra em 25%.

Em face do acima referido, a administradora executiva teceu os seguintes comentários:

1 - Entende que é necessário a aquisição de um miniautocarro, quer seja movido a combustíveis fósseis ou elétrico. Contudo, considerando a diferença de preços (o



segundo é 3 vezes superior ao primeiro) propôs a aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, pelas razões que passa a expor:

- Considera que, atendendo à idade de algumas viaturas, que fazem parte da frota da empresa municipal, designadamente 3, adquiridas em 2005, é urgente proceder à substituição das mesmas, pelo que propõe a aquisição de um miniautocarro em 2023.
- Uma vez que neste momento não existem programas de financiamento para a aquisição de viaturas de transporte público de passageiros elétricas, estando esse programa apenas previsto para a Área Metropolitana de Lisboa e Porto;
- Atendendo ao investimento elevado que a aquisição de uma viatura com esta tipologia comporta, na ordem dos 280 mil euros;
- A vogal executiva considera ser importante e urgente a aquisição de uma viatura a diesel, cujo valor de aquisição é de cerca de 90 mil euros, de modo a fazer face, num prazo mais imediato, a este constrangimento de meios operacionais (autocarros), sob pena de termos a circular veículos que não oferecem as condições de conforto e segurança necessárias para efetuar o serviço público de transporte de passageiros, quer para os utilizadores quer para os próprios motoristas.
- Salientou ainda o facto de que a aquisição do autocarro a diesel, prevista para 2023, não onera o contrato programa para 2023.

2 - A administradora executiva entende que o orçamento deveria contemplar o recrutamento, de pelo menos, de 2 recursos humanos, de modo a garantir a realização da atividade da empresa, no âmbito das atribuições e estratégias definidas. Assim, quanto ao recrutamento de 2 recursos humanos refere o seguinte:

- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumg, é necessária a contratação de mais um motorista, de



modo a garantir os tempos de pausa, as rendições e colmatar as férias, faltas e licenças de todos os motoristas.

- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumb, é igualmente necessário o recrutamento de um responsável de serviço, com conhecimentos da atividade, para coadjuvar a Vogal executiva, nas funções de direção, orientação, e fiscalização dos motoristas, assim como para planear as atividades do serviço de transporte público de passageiros, atendendo a que essas funções atualmente recaem única e exclusivamente sobre esta, o que pode comprometer o normal funcionamento da empresa, nos seus impedimentos de férias, faltas e licenças.

3 - A administradora executiva, no que se refere aos custos com o combustível explanou o seguinte:

- Os custos com o combustível colocados no orçamento para 2023, traduzem um aumento na ordem dos 60% e que corresponde aos gastos reais incorridos com aquela rubrica, que passaram de 41.480,78 € no 1.º semestre de 2021, para 66.146,02 € no 2.º semestre de 2022, o que representa um acréscimo de 59,46 %, não sendo expetável que esta situação evolua de forma positiva, uma vez que não se perspetiva o fim da crise energética que vivemos a nível mundial.

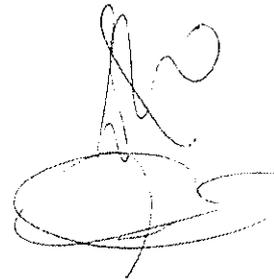
4 - A administradora executiva considera, quanto à alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023, que é alheia a esse constrangimento, pelo que tem que ser o Município a encontrar soluções que salvaguardem os interesses da empresa.

5- A Administradora executiva teceu ainda as seguintes considerações:



- Os transportes públicos constituem um serviço público essencial, devem ser perspectivados na sua vertente social e a tendência mundial é que se tornem gratuitos, uma vez que esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais;
- A Tumb presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos deve ser encarado como uma despesa pública que existirá sempre, qualquer que seja o modo de exploração do serviço;
- Uma forma de reduzir o valor do subsídio à exploração e nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências no domínio do estacionamento público, no âmbito do objeto social e atribuições estatutariamente consagradas à empresa municipal, designadamente no que se refere à gestão dos parques de estacionamento onerados, as receitas das multas neste domínio, deveriam reverter para esta e não para o Município;
- Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade.

6 – A administradora executiva entende ainda que esta obrigação de redução do valor do subsídio à exploração, resultante da ausência de dotação orçamental da Câmara Municipal, para o ano de 2023, não tem qualquer fundamentação por parte da Presidente do Conselho de Administração. De qualquer modo, é sua convicção que uma determinação deste tipo, por parte da Presidente do CA, carece de uma posição fundamentada do acionista único que até esta data não foi se pronunciou.



7 - A Administradora executiva declina assim quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar.

Sobre o exposto pela Administradora da TUMG, a presidente do Conselho de Administração regista o seguinte:

1. A Administradora da empresa fez uma proposta de documentos previsionais que remeteu para o revisor oficial de contas, sem conhecimento prévio e discussão da mesma em sede de Conselho de Administração.
2. Ao tomar conhecimento de tal facto, a Presidente do Conselho de Administração convocou reunião para o dia 23.11.2022 para apreciar o assunto.
3. Nessa reunião esteve presente a Técnica Superior Jurista, Dr.ª Madalena Oliveira, dado que necessitada de solicitar documentos específico para a elaboração a proposta de mandato discriminado, e a Dirigente, Dr.ª Sandra Paiva, para abordar a questão do enquadramento orçamental e as formas através das quais podia o Município proceder ao mesmo. Nessa reunião abordou-se o valor disponível à data e os possíveis cenários do enquadramento.
4. Atenta à proposta inicial de documento apresentada pela Administradora (Anexo 1), a Presidente do Conselho de Administração manifestou, em reunião do dia 23.11.2022, a sua discordância relativamente às seguintes matérias:
 - a) Aquisição do miniautocarro: conforme foi esclarecido na reunião trata-se da aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, o que determinou a sua posição de discordância, atento o facto de se tratar de uma viatura que não seria movida a energia elétrica, ou outra energia alternativa e sustentável.



A Presidente acrescentou ainda que o facto de não ter sido demonstrada a existência de apoios financeiros para a aquisição de veículo elétrico de transporte público de passageiros, determinou também a posição tomada;

- b) Contratação de recursos humanos: A Presidente entendeu que, face ao aumento de custos resultantes da contratação de dois novos trabalhadores, não tinha ficado devidamente demonstrada e fundamentada a necessidade dos mesmos, o que dada a situação financeira da empresa determinou também a sua não concordância;
- c) Custos com combustível: A Presidente considera que o aumento de cerca de 60% parece ser excessivo devendo o mesmo ser revisto, dado que os valores comparativos do Município, apontam para um valor médio de 25%.

5. A Presidente do Conselho de Administração tem outra perspetiva quanto a este assunto, entende que a empresa deve encontrar outros rendimentos que não passem pela dependência da subsídio do Município, mas por aumentar a prestação de serviços de modo que a empresa seja sólida e autossustentável.

6. Depois desta reunião, em contacto telefónico estabelecido com a Administradora, a Presidente do Conselho de Administração, face aos argumentos invocados pela Administradora quanto às suas preocupações com a reavaliação do valor do combustível, deu orientação à Administradora de que deve manter os dois domínios da alteração expressa na reunião de 23.11.2022, isto é, deve ser retirada a proposta de aquisição do autocarro e da contratualização de dois recursos humanos, o que nada tem que ver com custos dos combustíveis (uma vez que a administradora considera deverem manter-se), situação que figura na segunda versão da proposta dos documentos previsionais, também por orientação sua. Para ser mais clara, a segunda versão, ora em apreciação nesta reunião, mantém



os custos de combustível previstos na proposta inicial, tendo sido retirados os valores do autocarro e dos dois recursos humanos.

7. Relativamente aos pontos acima expressos quanto à natureza dos transportes públicos, à prestação do serviço essencial e à expressão utilizada pela Administradora *“Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA”*, a presidente do CA esclarece que nada disso está em causa na proposta de instrumentos previsionais em apreço nesta reunião.
8. Quanto à afirmação da Administradora de *“alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023 (...) amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade”*, a Presidente do CA esclarece que o suprarreferido é uma falsa questão, que deturpa tudo o que foi a orientação da Presidente do CA, uma vez que não é nada disto que está em causa, mas somente a retirada dos valores do custo com dois recursos humanos, a aquisição de um autocarro movido a combustível fóssil (a opção da Presidente do CA é a de adquirir um veículo movido a energia elétrica, ou outra ecologicamente mais eficiente, com apoio de financiamento externo, com impacto em termos de redução da pegada ambiental, constituindo-se este como um ponto de honra da qual ela não abdica). O valor do combustível manteve-se na proposta em apreço, pelo que a Presidente do CA não deu qualquer indicação para baixar este valor, apenas retirar o do autocarro e dois recursos humanos.



9. Por outro lado, não havendo qualquer proposta no sentido de serem criadas novas linhas urbanas de circulação, esclareceu que tal argumento também é uma falsa questão, uma vez que essa intenção não se encontra espelhada nos documentos previsionais apresentados.
10. Também não está em causa a importância do serviço público prestado pela TUMG, atendendo à sua relevância social.
11. Quanto aos recursos humanos a Presidente do CA entende que o que verdadeiramente está aqui em causa é a necessidade de rentabilizar os recursos humanos atualmente existentes na TUMG, numa conjuntura económica e financeira de grande instabilidade, que se antevê para o ano de 2023, devendo prescindir-se do recrutamento de novos elementos, privilegiando-se a otimização dos trabalhadores da empresa, com isso evitando um aumento de custos que lhe parece desnecessário.
12. Assim como entende que, atenta a conjuntura, não é o momento adequado para se proceder à contratação de um responsável de serviço que a possa substituir nas suas ausências, quando esta necessidade nunca foi manifestada pela Administradora, ao longo dos vários anos em que exerce este cargo.
13. Importa ainda clarificar que “a Administradora não pode declinar quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar”, quando a Presidente do CA, apenas lhe deu a indicação de ajustar a proposta inicial do documentos retirando os custos inerentes à aquisição de um autocarro e à contratualização de dois recursos humanos (o que não consubstancia uma suborçamentação do orçamento, nem põe em causa a empresa). A única redução que se reflete no contrato-programa é o correspondente ao montante previsto para os recursos humanos, no valor de 35.023,71€.



A presente ata integra a proposta inicial realizada pela administradora (Anexo 1) e a proposta de documento Previsionais reformulada pela Administradora, nos termos e dando cumprimento à deliberação da reunião do CA datada de 23.11.2022 (Anexo 2) - onde não consta a aquisição do veículo e contratação de dois recursos humanos - à qual ela não é alheia.

O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada pela Administradora (Anexo 2), ajustada à retirada dos valores do autocarro e dos dois recursos humanos, tendo deliberado aprovar os seus termos, com o voto de qualidade da presidente do CA e o voto contra da Vogal executiva.

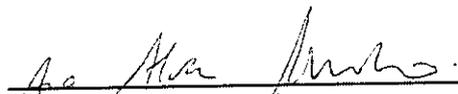
Mais deliberou submeter o documento à apreciação do Revisor Oficial de Contas e à Câmara Municipal.

A vogal executiva vota contra o reajustamento dos documentos previsionais dada a redução do valor da proposta para o contrato programa, nos termos supra elencados, e por considerar que essa redução, tal como explanado, desvirtua a realidade da empresa, para além de implicar uma tentativa de alvitrar uma redução da sua atividade, com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade, com a agravante de poder colocar em causa a segurança de pessoas e bens e conduzir ao eventual encerramento da empresa tendo apresentando uma declaração de voto, que faz parte integrante da presente ata.

A Presidente do Conselho de Administração também declarou o seguinte: *“a proposta ora apresentada prevê que o custo de exploração para o ano 2023 é de 524.759,70€ em vez dos 559.783,41€ previstos na proposta inicial, logo não é o seu diferencial (35.023,71€), ou seja, apenas não contempla inerente à pretendida contratação de dois recursos humanos.*

Ou seja, não tem qualquer redução na atividade com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade nem põe em causa segurança de pessoas e bens e conduz ao eventual encerramento da empresa”.

Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezanove e trinta, lida e aprovada a ata respetiva que foi assinada pelos membros que compõem o Conselho de Administração da empresa.



Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro
Presidente C.A.



Maria de Fátima Malesso Cardoso
Administradora

PRESENTE NA REUNIÃO DE
CÂMARA EXTRAORDINÁRIA
30.11.2022 *FA*

Anexo 1
Proposta inicial

Documentos de Gestão Previsional



www.tumg.pt

**TUMG**

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2023-2025

h




Índice

Órgãos Sociais	4
Introdução	5
Cálculo do Contrato Programa 2023	14
Instrumentos de Gestão Previsional	17
Rendimentos	18
Gastos	21
Plano Anual de Investimentos 2023	24
Orçamento de Exploração Plurianual 2023-2025	26
Orçamento Anual de Tesouraria 2023	28
Balanço Previsional 2023-2025	29

TUMG -Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Documentos de Gestão Previsional 2023 - 2025

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro

Vogal: Maria de Fátima Malessio Cardoso

Fiscal Único

Dr. Luís Filipe Vicente Pinto – Revisor Oficial de Contas

Avenida Dr. José Henriques Vareda, 9 - F

2430-308 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo SIN

2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt

Introdução

A Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

Em 2023, pretendemos continuar a responder às necessidades de mobilidade da população residente no Concelho da Marinha Grande e deste modo melhorar a sua qualidade de vida.

Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam incluem o contrato de gestão, dando deste modo cumprimento ao preceituado nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º e art.º 47.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual e no respeito pelo art.º 15.º dos estatutos da empresa.

Em 2022, a nossa atividade tem vindo gradualmente a recuperar dos efeitos da pandemia pela Covid 19, mas a guerra da Rússia na Ucrânia, veio pôr fim à expectativa de recuperação económica a breve trecho e trouxe consigo o fator de imprevisibilidade no futuro.

O custo económico desta guerra está a atingir duramente a Europa. A economia tinha estado num caminho de forte recuperação e crescimento, ao sair da pandemia. Mas agora a União Europeia reduziu a previsão de crescimento de 4% para 2,7% em 2022 e aumentou a sua previsão de inflação.

Os documentos previsionais que se apresentam, assentam na continuidade daquilo que foi essencialmente o segundo semestre de 2022, no qual se constatou uma ligeira melhoria face a 2021, mas que, no entanto, ainda não se alcançou a normalidade.

Esta situação foi fortemente agravada com a guerra da Rússia na Ucrânia, que este ano colocou a inflação mundial acima de 8% e o abrandamento do crescimento global para quase metade. Os bancos centrais viram-se obrigados a acelerar a subida dos juros desde final de fevereiro.

Estima-se que cerca de metade a dois terços da subida dos preços é devido à guerra, sobretudo devido à energia e ao setor alimentar.

A recuperação económica de Portugal continua assim condicionada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, aprisionada a um contexto de grande incerteza sobre a evolução macroeconómica, sobre a organização das cadeias globais de valor, de onde se destaca o peso do setor energético.

Atendendo a todos estes fatores conjunturais da atualidade, o futuro continua a ser bastante incerto e imprevisível.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

Os transportes urbanos da Marinha Grande iniciaram a sua atividade em 2009, apenas com 2 autocarros e 2 linhas, autocarros esses subcontratados a um operador privado.

Atualmente, passados 13 anos, expandimos os transportes urbanos a todas as freguesias do Concelho. Passámos de 40 quilómetros de linhas urbanas, para uma rede de transportes que oferece 250 quilómetros de percursos.

Neste momento a Tumg disponibiliza 16 linhas urbanas, que servem todas as freguesias do Concelho e praias, todas consolidadas como linhas urbanas, com carácter regular e em funcionamento durante todo o ano.

Desde janeiro de 2021 que alcançámos autonomia plena na prestação do serviço de transporte urbano de passageiros no Concelho Da Marinha Grande, sem recurso à subcontratação.

De referir ainda que foi disponibilizada uma aplicação através da plataforma “Moovit”, que permite aos utentes dos transportes urbanos da Marinha Grande obter a informação sobre quais as paragens mais próximas para deslocação ao destino pretendido, assim como os respetivos horários.

O futuro dos transportes urbanos na Marinha Grande

A Tumg – Transportes urbanos da Marinha Grande presta um serviço público e tem como desígnio a melhoria contínua do serviço de transportes prestado à população, de forma responsável e sustentável, de modo a não comprometer a sua viabilidade económico-financeira.

Os transportes públicos constituem um serviço público essencial e devem ser sempre perspetivados na sua vertente social pois esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais. Infelizmente nem todos têm alternativa de transporte e não podemos deixar de prestar este apoio social a quem mais dele necessita.

É inegável que a Tumg presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos consubstanciam uma despesa pública.

Com a expansão dos transportes urbanos a todo o Concelho, ligando todas as freguesias à Sede de Concelho, fechámos um ciclo.

Vivemos atualmente uma grave crise energética, cuja resposta está no topo das prioridades dos decisores políticos.

No que se refere ao setor do transporte rodoviário de passageiros, o preço dos combustíveis disparou para valores inimagináveis. Os próximos mapas demonstram o verdadeiro impacto deste aumento, na rubrica de fornecimentos e serviços externos:

Combustível: Gasóleo					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	28.910	32.527,76 €	7.481,38 €	40.009,14 €	1,125 €
2020	26.721	28.392,33 €	6.530,24 €	34.922,57 €	1,063 €
2021	37.960	41.480,78 €	9.540,58 €	51.021,36 €	1,092 €
2022	46.694	66.146,02 €	15.213,58 €	81.359,60 €	1,417 €

Comparando o 1.º semestre de 2021, com período homólogo de 2022, constata-se um aumento de 0,33 € por litro de gasóleo, o que se traduziu num acréscimo de gastos com combustíveis, no valor de 15.175,55 €, para igual consumo.

Em 30.06.2021, a Tumg registou um gasto com combustíveis no valor de 41.480,78 € e em 30.06.2022, esse valor passou para 66.146,02 €, mais 24.665,24 €.

Combustível: Gasóleo					
Ano	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	57.905	65.289,13 €	15.016,50 €	80.305,63 €	1,128 €
2020	53.404	55.602,91 €	12.788,67 €	68.391,58 €	1,041 €
2021	80.107	90.865,91 €	20.899,16 €	111.765,07 €	1,134 €
2022 (*)	68.108	97.298,39 €	22.378,63 €	119.677,02 €	1,429 €

(*) Até setembro

Comparando com 2021, em 2022 constata-se um aumento de 0,30 € por litro de gasóleo. O mesmo consumo de 2021 traduziria um acréscimo de gastos com combustíveis em 2022, no valor de 24.032,10 €.

Aditivo: Adblue					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	499,69	206,37 €	47,47 €	253,84 €	0,41 €
2020	581,45	268,63 €	61,78 €	330,41 €	0,46 €
2021	916,91	595,99 €	137,08 €	733,07 €	0,65 €
2022 (*)	1033,13	1.159,17 €	266,61 €	1.425,78 €	1,12 €

(*) Até setembro

O aditivo adblue passou de 0,65 € por litro em 2021, para 1,12 € em 2022.

Para futuro, tendo em conta as atribuições da Tumg, iremos atuar a outros níveis, nomeadamente na melhoria do conforto dos passageiros, ao nível de disponibilização de mais abrigos, na informação aos passageiros, em particular em processos de informação proactivos e em tempo real e na opção de carregamento dos passes nos próprios autocarros, sem necessidade de deslocação aos serviços administrativos.

Para além disso, a Tumg pretende aprofundar a sua colaboração com a Câmara Municipal da Marinha Grande, para implementar medidas que potenciem o uso do transporte coletivo, em detrimento do veículo particular.

Está em curso um estudo sobre a mobilidade na Marinha Grande, instrumento que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade, definindo um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico, indutor de uma maior coesão social e orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética.

A mobilidade suave também será equacionada, estão a ser construídas várias ciclovias, pelo que será uma janela de oportunidade para criar as condições necessárias e incentivar a utilização da bicicleta.

Quando se fala em futuro da mobilidade, o ponto de partida é *“não podemos ter cidades com tantos automóveis e tão dependentes do automóvel”*.

A Comissão Europeia estabeleceu que até 2050 o nível de emissões para a atmosfera deve ser reduzido em 60 % e que até 2030 o centro urbano das cidades deverá ficar livre de veículos movidos a combustíveis fósseis. Estes dois objetivos são fundamentais para que exista uma mudança de paradigma na forma como olhamos para a mobilidade urbana nas cidades.

Nesta matéria, as novas gerações estão a impulsionar esta mudança, são muito mais exigentes com as questões ambientais, gostam de utilizar as novas tecnologias também em matéria de mobilidade.

Ainda perspetivando o futuro, continua a ser imperiosa a construção de um terminal que possa agregar os transportes urbanos e interurbanos e a mobilidade suave.

Para além de melhorar o conforto dos utilizadores dos transportes públicos, irá promover a mobilidade ativa e a integração intermodal dos transportes públicos.

O interface de transportes deve ser perspetivado como um centro multifuncional de transportes, de informação, de comércio e eventualmente até de serviços.

Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público. Existem espaços de estacionamento gratuito, contíguos aos parques de estacionamento onerados.

Os utilizadores dos parques de estacionamento de duração limitada, continuam a ter ao seu dispor uma aplicação de telemóvel para pagamento do estacionamento que lhes permite uma mobilidade, uma vez que não é necessário recorrer a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação.

Para 2023 não estão previstas alterações ao tarifário vigente e é importante referir que a Marinha Grande mantém em vigor valores muito abaixo daqueles que são praticados nos Concelhos limítrofes.

Acresce ainda o facto de que não tem havido expansão das zonas de estacionamento de duração limitada, designadamente nos locais junto à primeira linha das praias, o que poderia constituir uma medida benéfica, uma vez que iria contribuir para o reforço da mobilidade suave, com melhoria da circulação pedonal e ciclável. Esta é uma medida que terá necessariamente que ser aplicada, a breve trecho. A receita proveniente deste segmento de atividade, deverá ser aplicada em investimento na mobilidade, na melhoria do rácio de equilíbrio entre qualidade do serviço/conforto do utilizador/sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, para 2023 e em comparação com 2022, não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.

Transportes Escolares

Até ao início de 2022, devido à pandemia de COVID-19, a Tumg desenvolveu esforços no sentido de garantir toda a segurança no transporte dos alunos desde os seus locais de residência até aos respetivos estabelecimentos de ensino e todos os transportes de alunos que se mostrem necessários, de acordo com as orientações da DGS.

Gradualmente, reiniciámos o caminho da normalidade.

Para 2023, não estão previstas alterações ao modelo de exploração deste segmento de atividade, pelo que continuam afetos a este serviço, 7 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, devidamente homologados e licenciados para o transporte coletivo de crianças, 1 propriedade da Tumg, 5 subcontratados para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.

- Estes autocarros continuam a ser utilizados para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2022, a evolução da pandemia já permitiu retomar as atividades complementares e extracurriculares. Assim sendo, estes autocarros continuarão a estar disponíveis em 2023 para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para a prática desportiva, participação em eventos culturais e recreativos, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2023 a Tumg continuará a assegurar o serviço de:

- Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico; o Transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino; o Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
- A prestação de serviços a subcontratar continua a incluir vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

Neste segmento de atividade, em 2022, estamos gradualmente a retomar a prestação deste serviço, que ficou comprometido devido à pandemia pela Covid 19.

É prospetivável que continuemos a prestar o serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do acionista único, o tarifário permanecerá inalterado em 2023.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

Contrato-Programa para 2023 — Transporte Urbano de Passageiros

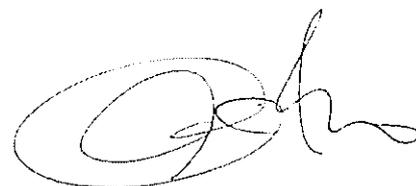
O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2023, é de 559.783,41 € (quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta e um cêntimos), ao qual acresce iva à taxa legal em vigor (6%).

O valor proposto reflete um aumento na ordem dos 18% face à proposta apresentada no ano anterior e resulta dos seguintes pressupostos:

- Os efeitos da pandemia da Covid 19 ainda se fizeram sentir no início de 2022, com as consequentes repercussões negativas na receita, sentidas em todos os segmentos de atividade da empresa: transportes urbanos, transportes escolares e ocasionais e estacionamento.
- Os efeitos negativos da guerra são uma realidade incontornável: o aumento sem precedentes da inflação e a crise no setor energético, imprimem uma grande vulnerabilidade à atividade de transporte rodoviário de passageiros, essencialmente devido à dependência dos combustíveis e outras fontes de energia e matérias primas, a par da incerteza e da imprevisibilidade quanto ao futuro, transversais a todos os setores económicos. Neste ponto, salientamos o peso material da rubrica dos fornecimentos e serviços externos, relativos à atividade dos transportes urbanos, que passaram de 223.580,14 € em 2021, de onde se destacam os gastos com os combustíveis, no valor de 90.865,91 €, para uma projeção para 2023 de 252.555,94 € para fornecimentos e serviços externos, e gastos com os combustíveis no montante de 133.643,80 €.
- A base de cálculo para o valor proposto para o contrato programa para 2023, assenta nos registos contabilísticos obtidos no primeiro semestre 2022, projetados à data de 31 de dezembro de 2022.

- Prosseguindo o objetivo da autonomização progressiva do serviço de transportes urbanos no Concelho da Marinha Grande, desde janeiro 2021, que estamos a prestar este serviço a 100% com meios próprios, sem recurso à subcontratação.
- Em 2022, a Tumg assegurou, através de meios próprios (12 miniautocarros), a prestação do serviço em todas as 16 linhas urbanas existentes.
- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta da projeção da informação contabilística apurada em 30 de junho de 2022.
- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da conseqüente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, à data de 30 de junho de 2022.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2023:



CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	
Orçamento 2023	
Gastos	
(Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica)	
Transportes Urbanos	
Serviços Diversos	252.555,94
Gastos com pessoal	296.398,60
Depreciações	150.581,86
Impostos	134,76
Outros	120,58
Gastos Perdas Financeiras	22,94
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	699.314,68
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	50.658,63
Bilhetes a bordo	46.449,02
Bilhetes pré-comprados	4.209,61
Passes	74.812,64
Geral	29.528,30
Jovens	32.459,00
Seniores	11.374,62
Cartões	1.450,72
Outros	14.560,00
Publicidade	14.560,00
Outros	
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	140.031,27
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	559.783,41

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, e à semelhança do que acontece na maior parte dos municípios, a terceira idade e a população escolar continuam a evidenciar os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração para 2023 foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração, na assunção de que a entidade pública participante não irá propor alterações ao tarifário vigente.

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2021-2023, elaborados em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º 1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2023
- Orçamento Gastos 2023
- Plano Anual de Investimentos 2023
- Orçamento Anual de Exploração 2023-2025
- Orçamento Anual de Tesouraria 2023
- Balanço Previsional Plurianual 2023-2025

A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os tempos de incerteza, sem dúvida que serão o grande desafio da nossa missão.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica a 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2023, situa-se em 1.045.935,07 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Varição
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06	16,2%
Subsídio à exploração	559.783,41	473.337,37	10,3%
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46	-1,4%
Juros dividendos e outros rendimentos similares		0,10	0,0%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.045.935,07	835.234,99	25,2%

Comparativamente ao orçamento elaborado para 2022, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento de 25%.

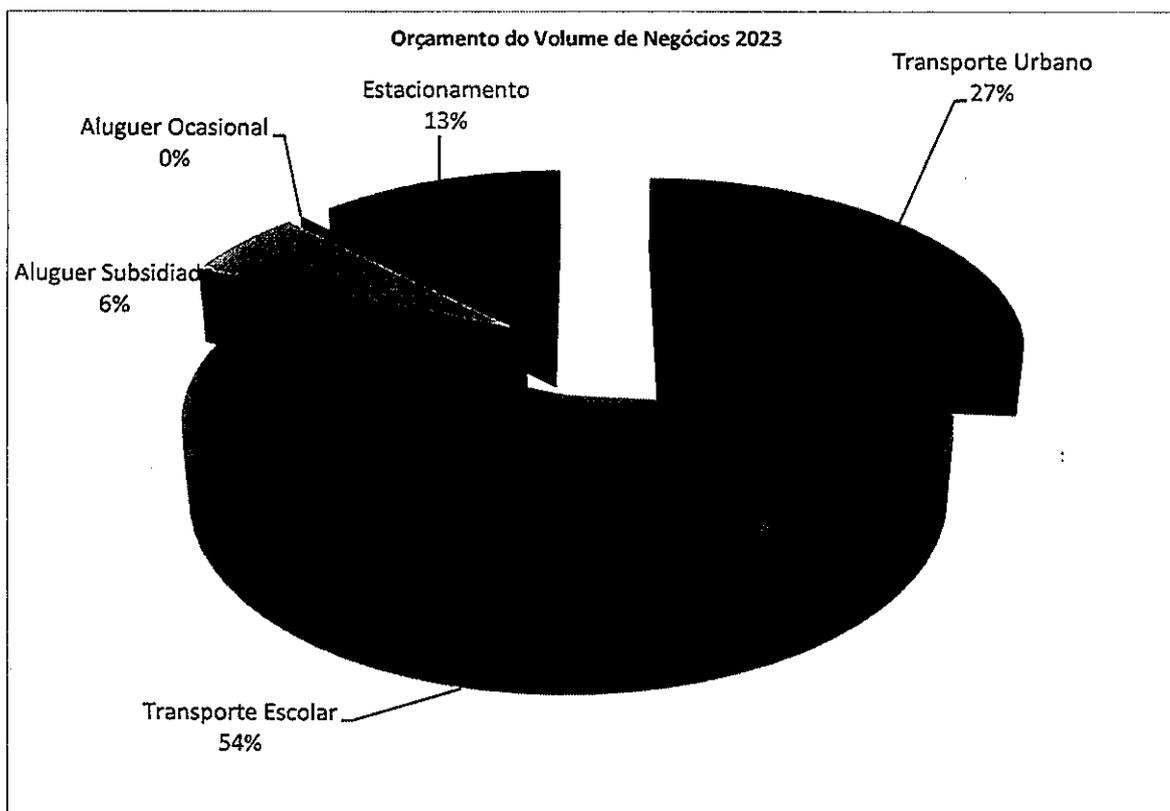
A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 685.254,69 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 559.783,41 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 125.471,28 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 58.936,72 €, correspondente ao ano completo de atividade.
- Transportes escolares: atendendo aos fatores supra enunciados, é expetável o valor de proveitos de 256.873,44 €.

- Transportes subsidiados pelo Município: Atendendo à retoma gradual desta atividade, ocorrida em 2022, prevemos uma receita de 30.310,22 €.
- Transportes ocasionais: atendendo ao histórico de 2021 e à reduzida expressividade no primeiro semestre de 2022, o valor a considerar não traduz relevância material.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022.

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06
Transportes passageiros	287.183,66	197.274,92
Aluguer subsidiado	30.310,22	340,00
Transportes escolares	256.873,44	196.934,92
Transportes ocasionais	0,00	0,00
Transportes urbanos de passageiros	125.471,28	101.570,96
Bilhetes	50.658,64	37.266,82
Bilhetes a bordo	46.449,02	32.987,54
Bilhetes pré-comprados	4.209,62	4.279,28
Passes	74.812,64	64.304,14
Geral	29.528,30	32.384,48
Jovens	32.459,00	19.487,30
Seniores	11.374,62	11.583,34
Cartões	1.450,72	849,02
Estacionamento	58.936,72	37.091,18
Bilhetes	58.936,72	37.091,18
Subsídio à exploração	559.783,41	473.337,37
Contrato de gestão	559.783,41	473.337,33
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Publicidade	14.560,00	16.540,00
Subsídio Investimento	0,00	9.420,46
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,10
Juros de aplicações financeiras	0,00	0,10
Outros Rendimentos		
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.045.935,07	835.234,99
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	54%	57%

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2023, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito e refletem o agravamento dos preços dos bens e serviços, registado no primeiro semestre de 2022.

GASTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Desvio
FSE	534.992,04	372.827,58	43%
Gastos com o pessoal	357.424,42	283.500,52	26%
Gastos de depreciação/amortização	152.120,06	171.283,93	-11%
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54	-15%
Gastos e perdas de financiamento	53,00		
Impostos sobre rendimento período	166,40	1.510,41	
TOTAL DOS GASTOS	1.045.122,62	829.552,98	26%

ro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2023 e 2022, e respetivos desvios.

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 1.045.122,62 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, passando o seu valor percentual de 45% para 50% dos gastos totais em 2023.

Da análise do quadro, constata-se um aumento dos gastos na ordem dos 26% relativamente ao ano anterior, destacando-se o enorme aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, dos quais se destacam:

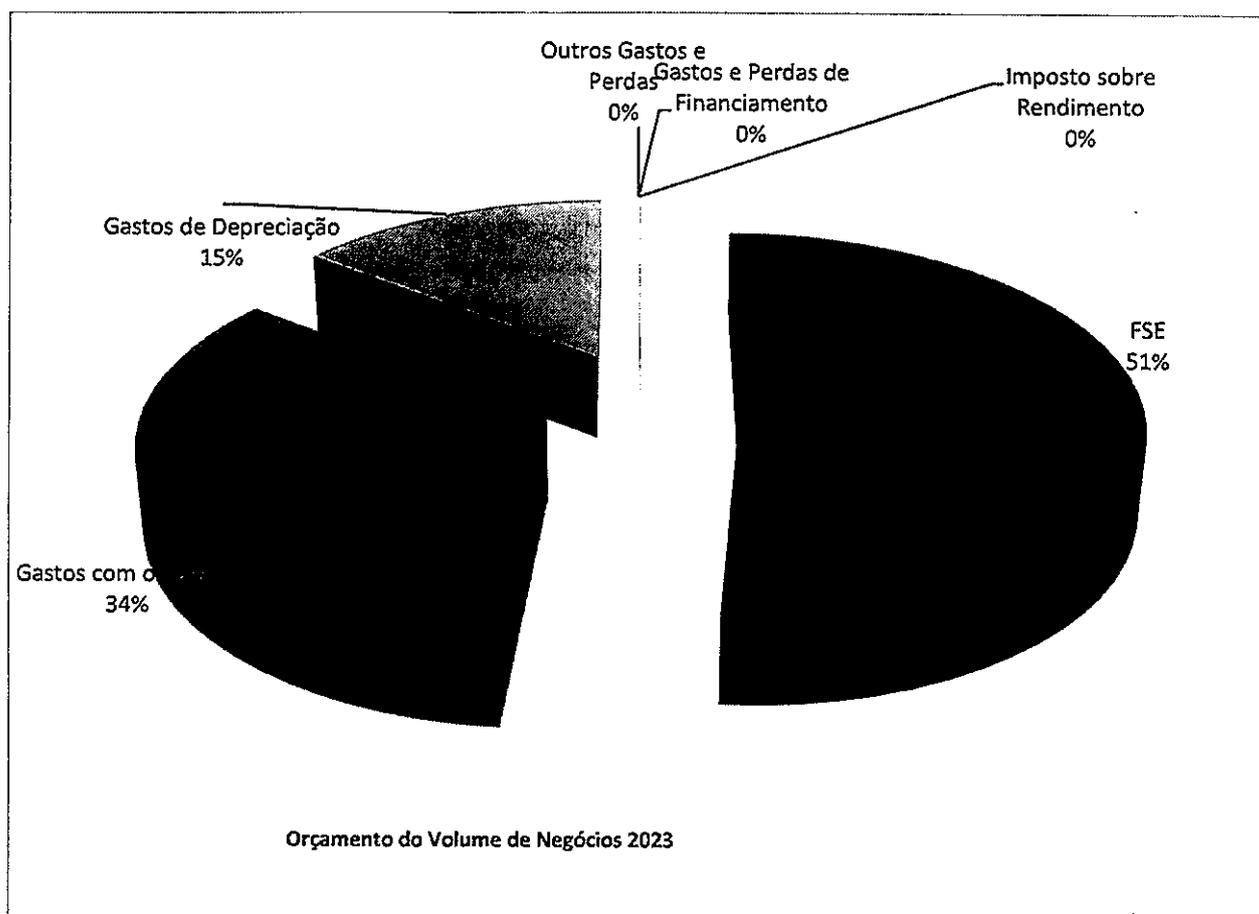
- Energia e fluídos: passa de um valor de 85.907,26 € no orçamento para 2022, para 136.745,56 € em 2023. Mais 49.838,30 €
- Gastos com o Pessoal: passa de um valor de 283.500,52 € no orçamento para 2022, para 357.424,42 € em 2023. Mais 73.923,90 €
- Subcontrato Transportes Escolares: passa de um valor de 136.560,06 € no orçamento para 2022, para 267.218,06 € em 2023. Mais 130.658,00 €

Os gastos de depreciação/amortização, no valor de 152.120,06 €, continuam a representar um valor com grande relevância material.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de pessoal.

Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor para 2022.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022:

GASTOS		
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Fornecimentos e serviços externos	534.992,04	372.827,58
Subcontratos	267.218,06	136.560,06
Transportes Públicos	0,00	0,00
Outros alugueres	0,00	0,00
Transportes Escolares	267.218,06	136.560,06
Serviços especializados	85.006,00	107.119,76
Trabalhos especializados	17.247,04	6.484,74
Honorários	15.200,00	10.200,00
Publicidade e propaganda	2.728,54	4.838,06
Vigilância e segurança	11.377,86	7.667,42
Conservação e reparação	38.005,66	76.590,02
Serviços bancários	446,90	1.339,52
Outros	0,00	0,00
Materiais	4.584,16	2.808,48
Ferramentas e Utensílios	139,74	54,46
Livros e documentação técnica	54,00	216,00
Material de escritório	4.178,72	2.132,94
Artigos para oferta	211,70	405,08
Energia e fluidos	136.745,56	85.907,26
Eletricidade	2.605,60	2.061,16
Combustíveis	133.643,80	83.350,36
Água	496,16	495,74
Deslocações estadas e transportes	248,80	110,86
Deslocações e estadas	248,80	110,86
Serviços Diversos	328,72	0,00
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Transporte Mercadorias	328,72	0,00
Comunicação	4.241,18	3.886,54
Telefones, correio telemóveis	4.241,18	3.886,54
Seguros	31.874,84	31.583,90
Responsabilidade civil	31.874,84	31.583,90
Contencioso e notariado	1.612,40	290,64
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	3.132,32	4.560,08
Outros Serviços	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	357.424,42	283.500,52
Remunerações órgão sociais e pessoal	280.975,96	222.294,94
Encargos sobre remunerações	60.534,62	47.586,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10.368,38	8.631,36
Outros gastos com o pessoal	5.545,46	4.987,24
Gastos de depreciação e de amortização	152.120,06	171.283,93
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	152.120,06	171.283,93
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54
Outros	366,70	430,54
Gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Impostos sobre o rendimento do período	166,40	1.510,41

IRC	166,40	1.510,41
TOTAL DOS GASTOS	1.045.122,62	829.552,98

Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2023 foi calculado com base nos valores reais à data de 30 de junho 2022, projetados a 31 de dezembro 2022, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2023:

- **Subcontrato**
 Refle os custos diretos dos transportes escolares, atentas as necessidades previstas para 2023, com base no valor do contrato adjudicado para 2022.
- **Gastos de depreciação/amortizações**
 Incluem a depreciação do investimento a efetuar em 2023 (aquisição de 1 miniautocarro), que se prevê que entre em funcionamento em janeiro 2024.

Plano Anual de Investimentos 2023

É nossa intenção proceder à aquisição de 1 miniautocarro e 2 abrigos de passageiros.

Previsivelmente, a aquisição da viatura será apenas concretizada no final de 2023, devido às atuais dificuldades que os operadores enfrentam com as entregas dos materiais/equipamentos, sendo adquirida com recurso a meios próprios da empresa (autofinanciamento).

É previsível que entre em funcionamento em janeiro de 2024, pelo que não foi considerada qualquer amortização no exercício de 2023.

INVESTIMENTOS	Orçamento 2023
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	95.480,00
Equipamento Básico	
1 Miniautocarro	90.000,00
2 Abrigos de Passageiros	5.480,00
Total dos Investimentos	95.480,00

Para a operação de 2023, iremos recrutar 2 trabalhadores:

- 1 motorista, de modo a permitir mais facilmente assegurar as rendições e o período de férias dos trabalhadores;
- 1 responsável de serviço, que terá o seguinte conteúdo funcional:
 - Estuda, organiza, dirige e coordena, sob orientação do seu superior hierárquico, num ou vários departamentos da empresa, todas as atividades que lhe são próprias;
 - Exerce, dentro do serviço que dirige e nos limites da sua competência, funções de direção, orientação e fiscalização do pessoal sob as suas ordens e de planeamento das atividades do serviço, segundo orientações e fins definidos;
 - Cumpre com a política da qualidade, ambiente e segurança da empresa.

GASTOS COM O PESSOAL	Orçamento 2023
MOTORISTA	16.524,68
RESPONSÁVEL DE SERVIÇO	18.499,03
Total incremento	35.023,71

No 1.º semestre de 2022, o investimento em imobilizado reduziu-se a 3.802,90 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	1.º semestre 2022
Ativos Fixos Tangíveis	
Equipamento Básico – Bancos elevatórios	280,90
Equipamento Básico – Câmara de Vigilância	1.247,00
Ativos Fixos Intangíveis	
Software Implementação do código QR	2.275,00
Total	3.802,90

Ainda não nos foi possível concretizar o objetivo de adquirir uma viatura elétrica, tal como previsto no orçamento para 2022, uma vez que o programa de financiamento para aquisição de viaturas limpas, de transporte pesado de passageiros, foi aberto apenas para as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Aguardamos que o programa seja reaberto, com abrangência a outras entidades.

Orçamento de Exploração Plurianual – 2023-2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Vendas e serviços prestados	471.591,66	335.937,06
Subsídios à exploração	559.783,41	473.337,37
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 372.827,58
Gastos com pessoal	- 357.424,42	- 283.500,52
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 430,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	178.476,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 171.283,93
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	7.192,32
Juros e rendimentos similares obtidos		0,10
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	
Resultado antes de impostos	978,85	7.192,42
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 1.510,41
Resultado líquido do período	812,45	5.682,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Orçamento 2025
Vendas e serviços prestados	471.591,66	481.023,49	490.643,96
Subsídios à exploração	559.783,41	570.979,08	582.398,66
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 532.691,88	- 542.345,72
Gastos com pessoal	- 357.424,42	- 364.572,91	- 371.864,37
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	14.851,20	15.148,22
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 374,03	- 381,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	169.214,95	173.599,24
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 167.620,06	- 162.620,06
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	1.594,89	10.979,18
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	- 54,59	- 56,23
Resultado antes de impostos	978,85	1.540,30	10.922,95
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 261,85	- 1.856,90
Resultado líquido do período	812,45	1.278,45	9.066,05

O Orçamento plurianual de exploração (2023/2025) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: O subsídio à exploração para 2023, traduz um incremento na ordem dos 18%, de modo a equilibrar o aumento dos gastos, uma vez que o tarifário dos transportes urbanos e do estacionamento se mantêm inalterados.
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos



www.tumg.pt

– Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.
Documentos de Gestão Previsional

2021-
2023

Orçamento Anual de Tesouraria – 2023

RUBRICAS	Previsão 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1 218 843,78 €
Pagamentos a fornecedores	-707 877,52 €
Pagamentos ao pessoal	-351 965,39 €
Caixa gerada pelas operações	159 000,86 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-142 755,79 €
Outros recebimentos/pagamentos	-419,70 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	15 825,37 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-117 440,40 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-117 440,40 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-52 229,76 €
Juros e gastos similares	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-52 229,77 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-153 844,79 €
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	236 369,19 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	82 524,40 €

Balanço Previsional Plurianual – 2022-2024

RUBRICAS	Previsão 2023	Previsão 2024	Previsão 2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	359 000,58 €	281 350,52 €	118 760,46 €
Participações Financeiras	3 282,04 €	4 086,40 €	4 890,64 €
	362 282,62 €	285 436,92 €	123 651,10 €
Ativo corrente			
Clientes	186 864,27 €	190 601,55 €	194 413,59 €
Estado e outros entes públicos	27 461,27 €	39 754,24 €	52 200,41 €
Outras contas a Receber	218 170,55 €	196 353,50 €	176 718,15 €
Diferimentos	45,94 €	47,32 €	48,74 €
Caixa e depósitos bancários	82 524,40 €	272 394,72 €	332 548,17 €
	515 066,43 €	699 151,33 €	755 929,06 €
Total do Ativo	877 349,06 €	984 588,25 €	879 580,15 €
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338 000,00 €	338 000,00 €	338 000,00 €
Reservas legais	40 483,06 €	40 564,30 €	40 692,14 €
Resultados transitados	263 416,53 €	264 147,73 €	265 298,33 €
	641 899,59 €	642 712,03 €	643 990,47 €
Resultado líquido do período	812,45 €	1 278,45 €	9 066,06 €
Total do capital próprio	642 712,04 €	643 990,48 €	653 056,53 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	52 229,73 €	- €	- €
Provisões	61 727,00 €	61 727,00 €	61 727,00 €
	113 956,73 €	61 727,00 €	61 727,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	17 176,38 €	170 904,97 €	118 489,46 €
Estado e outros entes públicos	20 008,12 €	27 596,65 €	20 981,67 €
Outras contas a pagar	30 164,80 €	27 148,32 €	24 433,49 €
Financiamentos Obtidos	52 229,76 €	52 229,73 €	- €
Diferimentos	1 101,23 €	991,11 €	892,00 €
	120 680,29 €	278 870,78 €	164 796,62 €
Total do Passivo	234 637,02 €	340 597,78 €	226 523,62 €
Total do capital próprio e do passivo	877 349,06 €	984 588,25 €	879 580,15 €

Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 1.045.935,07 € e gastos num total de 1.045.122,62 €, originando um resultado antes de impostos no valor de 978,85 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 08 de novembro de 2022.

Conselho de Administração

Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro

Maria de Fátima Malesso Cardoso




Documentos de Gestão Previsional



www.tumg.pt

**TUMG**

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2023-2025

FAK




www.tumg.pt

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.
Documentos de Gestão Previsional

2023-2025

Índice

Órgãos Sociais	4
Introdução	5
Cálculo do Contrato Programa 2023	14
Instrumentos de Gestão Previsional	17
Rendimentos	18
Gastos	21
Plano Anual de Investimentos 2023	24
Orçamento de Exploração Plurianual 2023-2025	26
Orçamento Anual de Tesouraria 2023	28
Balanço Previsional 2023-2025	29

TUMG -Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Documentos de Gestão Previsional 2023 - 2025

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro

Vogal: Maria de Fátima Malessio Cardoso

Fiscal Único

Dr. Luís Filipe Vicente Pinto – Revisor Oficial de Contas

Avenida Dr. José Henriques Vareda, 9 - F

2430-308 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo SIN

2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt

Introdução

A Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

Em 2023, pretendemos continuar a responder às necessidades de mobilidade da população residente no Concelho da Marinha Grande e deste modo melhorar a sua qualidade de vida.

Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam incluem o contrato de gestão, dando deste modo cumprimento ao preceituado nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º e art.º 47.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual e no respeito pelo art.º 15.º dos estatutos da empresa.

Em 2022, a nossa atividade tem vindo gradualmente a recuperar dos efeitos da pandemia pela Covid 19, mas a guerra da Rússia na Ucrânia, veio pôr fim à expectativa de recuperação económica a breve trecho e trouxe consigo o fator de imprevisibilidade no futuro.

O custo económico desta guerra está a atingir duramente a Europa. A economia tinha estado num caminho de forte recuperação e crescimento, ao sair da pandemia. Mas agora a União Europeia reduziu a previsão de crescimento de 4% para 2,7% em 2022 e aumentou a sua previsão de inflação.

Os documentos previsionais que se apresentam, assentam na continuidade daquilo que foi essencialmente o segundo semestre de 2022, no qual se constatou uma ligeira melhoria face a 2021, mas que, no entanto, ainda não se alcançou a normalidade.

Esta situação foi fortemente agravada com a guerra da Rússia na Ucrânia, que este ano colocou a inflação mundial acima de 8% e o abrandamento do crescimento global para quase metade. Os bancos centrais viram-se obrigados a acelerar a subida dos juros desde final de fevereiro.

Estima-se que cerca de metade a dois terços da subida dos preços é devido à guerra, sobretudo devido à energia e ao setor alimentar.

A recuperação económica de Portugal continua assim condicionada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, aprisionada a um contexto de grande incerteza sobre a evolução macroeconómica, sobre a organização das cadeias globais de valor, de onde se destaca o peso do setor energético.

Atendendo a todos estes fatores conjunturais da atualidade, o futuro continua a ser bastante incerto e imprevisível.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

Os transportes urbanos da Marinha Grande iniciaram a sua atividade em 2009, apenas com 2 autocarros e 2 linhas, autocarros esses subcontratados a um operador privado.

Atualmente, passados 13 anos, expandimos os transportes urbanos a todas as freguesias do Concelho. Passámos de 40 quilómetros de linhas urbanas, para uma rede de transportes que oferece 250 quilómetros de percursos.

Neste momento a Tumg disponibiliza 16 linhas urbanas, que servem todas as freguesias do Concelho e praias, todas consolidadas como linhas urbanas, com carácter regular e em funcionamento durante todo o ano.

Desde janeiro de 2021 que alcançámos autonomia plena na prestação do serviço de transporte urbano de passageiros no Concelho Da Marinha Grande, sem recurso à subcontratação.

De referir ainda que foi disponibilizada uma aplicação através da plataforma “Moovit”, que permite aos utentes dos transportes urbanos da Marinha Grande obter a informação sobre quais as paragens mais próximas para deslocação ao destino pretendido, assim como os respetivos horários.

O futuro dos transportes urbanos na Marinha Grande

A Tumg – Transportes urbanos da Marinha Grande presta um serviço público e tem como desígnio a melhoria contínua do serviço de transportes prestado à população, de forma responsável e sustentável, de modo a não comprometer a sua viabilidade económico-financeira.

Os transportes públicos constituem um serviço público essencial e devem ser sempre perspetivados na sua vertente social pois esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais. Infelizmente nem todos têm alternativa de transporte e não podemos deixar de prestar este apoio social a quem mais dele necessita.

É inegável que a Tumg presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos consubstanciam uma despesa pública.

Com a expansão dos transportes urbanos a todo o Concelho, ligando todas as freguesias à Sede de Concelho, fechámos um ciclo.

Vivemos atualmente uma grave crise energética, cuja resposta está no topo das prioridades dos decisores políticos.

No que se refere ao setor do transporte rodoviário de passageiros, o preço dos combustíveis disparou para valores inimagináveis. Os próximos mapas demonstram o verdadeiro impacto deste aumento, na rubrica de fornecimentos e serviços externos:

Combustível: Gasóleo					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	28.910	32.527,76 €	7.481,38 €	40.009,14 €	1,125 €
2020	26.721	28.392,33 €	6.530,24 €	34.922,57 €	1,063 €
2021	37.960	41.480,78 €	9.540,58 €	51.021,36 €	1,092 €
2022	46.694	66.146,02 €	15.213,58 €	81.359,60 €	1,417 €

Comparando o 1.º semestre de 2021, com período homólogo de 2022, constata-se um aumento de 0,33 € por litro de gasóleo, o que se traduziu num acréscimo de gastos com combustíveis, no valor de 15.175,55 €, para igual consumo.

Em 30.06.2021, a Tumg registou um gasto com combustíveis no valor de 41.480,78 € e em 30.06.2022, esse valor passou para 66.146,02 €, mais 24.665,24 €.

Combustível: Gasóleo					
Ano	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	57.905	65.289,13 €	15.016,50 €	80.305,63 €	1,128 €
2020	53.404	55.602,91 €	12.788,67 €	68.391,58 €	1,041 €
2021	80.107	90.865,91 €	20.899,16 €	111.765,07 €	1,134 €
2022 (*)	68.108	97.298,39 €	22.378,63 €	119.677,02 €	1,429 €

(*) Até setembro

Comparando com 2021, em 2022 constata-se um aumento de 0,30 € por litro de gasóleo. O mesmo consumo de 2021 traduziria um acréscimo de gastos com combustíveis em 2022, no valor de 24.032,10 €.

Aditivo: Adblue					
1.º Semestre	Litros	Valor (incidência)	Iva	Total	Preço médio/litro
2019	499,69	206,37 €	47,47 €	253,84 €	0,41 €
2020	581,45	268,63 €	61,78 €	330,41 €	0,46 €
2021	916,91	595,99 €	137,08 €	733,07 €	0,65 €
2022 (*)	1033,13	1.159,17 €	266,61 €	1.425,78 €	1,12 €

(*) Até setembro

O aditivo adblue passou de 0,65 € por litro em 2021, para 1,12 € em 2022.

Para futuro, tendo em conta as atribuições da Tumg, iremos atuar a outros níveis, nomeadamente na melhoria do conforto dos passageiros, ao nível de disponibilização de mais abrigos, na informação aos passageiros, em particular em processos de informação proactivos e em tempo real e na opção de carregamento dos passes nos próprios autocarros, sem necessidade de deslocação aos serviços administrativos.

Para além disso, a Tumg pretende aprofundar a sua colaboração com a Câmara Municipal da Marinha Grande, para implementar medidas que potenciem o uso do transporte coletivo, em detrimento do veículo particular.

Está em curso um estudo sobre a mobilidade na Marinha Grande, instrumento que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade, definindo um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico, indutor de uma maior coesão social e orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética.

A mobilidade suave também será equacionada, estão a ser construídas várias ciclovias, pelo que será uma janela de oportunidade para criar as condições necessárias e incentivar a utilização da bicicleta.

Quando se fala em futuro da mobilidade, o ponto de partida é “*não podemos ter cidades com tantos automóveis e tão dependentes do automóvel*”.

A Comissão Europeia estabeleceu que até 2050 o nível de emissões para a atmosfera deve ser reduzido em 60 % e que até 2030 o centro urbano das cidades deverá ficar livre de veículos movidos a combustíveis fósseis. Estes dois objetivos são fundamentais para que exista uma mudança de paradigma na forma como olhamos para a mobilidade urbana nas cidades.

Nesta matéria, as novas gerações estão a impulsionar esta mudança, são muito mais exigentes com as questões ambientais, gostam de utilizar as novas tecnologias também em matéria de mobilidade.

Ainda perspetivando o futuro, continua a ser imperiosa a construção de um terminal que possa agregar os transportes urbanos e interurbanos e a mobilidade suave.

Para além de melhorar o conforto dos utilizadores dos transportes públicos, irá promover a mobilidade ativa e a integração intermodal dos transportes públicos.

O interface de transportes deve ser perspetivado como um centro multifuncional de transportes, de informação, de comércio e eventualmente até de serviços.

Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público. Existem espaços de estacionamento gratuito, contíguos aos parques de estacionamento onerados.

Os utilizadores dos parques de estacionamento de duração limitada, continuam a ter ao seu dispor uma aplicação de telemóvel para pagamento do estacionamento que lhes permite uma mobilidade, uma vez que não é necessário recorrer a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação.

Para 2023 não estão previstas alterações ao tarifário vigente e é importante referir que a Marinha Grande mantém em vigor valores muito abaixo daqueles que são praticados nos Concelhos limítrofes.

Acresce ainda o facto de que não tem havido expansão das zonas de estacionamento de duração limitada, designadamente nos locais junto à primeira linha das praias, o que poderia constituir uma medida benéfica, uma vez que iria contribuir para o reforço da mobilidade suave, com melhoria da circulação pedonal e ciclável. Esta é uma medida que terá necessariamente que ser aplicada, a breve trecho. A receita proveniente deste segmento de atividade, deverá ser aplicada em investimento na mobilidade, na melhoria do rácio de equilíbrio entre qualidade do serviço/conforto do utilizador/sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, para 2023 e em comparação com 2022, não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.

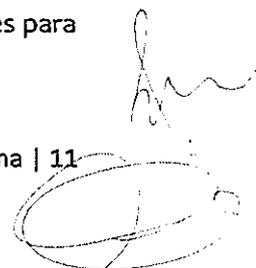
Transportes Escolares

Até ao início de 2022, devido à pandemia de COVID-19, a Tumg desenvolveu esforços no sentido de garantir toda a segurança no transporte dos alunos desde os seus locais de residência até aos respetivos estabelecimentos de ensino e todos os transportes de alunos que se mostrem necessários, de acordo com as orientações da DGS.

Gradualmente, reiniciámos o caminho da normalidade.

Para 2023, não estão previstas alterações ao modelo de exploração deste segmento de atividade, pelo que continuam afetos a este serviço, 7 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, devidamente homologados e licenciados para o transporte coletivo de crianças, 1 propriedade da Tumg, 5 subcontratados para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.

- Estes autocarros continuam a ser utilizados para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para



pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2022, a evolução da pandemia já permitiu retomar as atividades complementares e extracurriculares. Assim sendo, estes autocarros continuarão a estar disponíveis em 2023 para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para a prática desportiva, participação em eventos culturais e recreativos, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras, o que denota o esforço de racionalização que continua a ser desenvolvido pelo Município.

Em 2023 a Tumg continuará a assegurar o serviço de:

- Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico; o Transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino; o Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
- A prestação de serviços a subcontratar continua a incluir vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

Neste segmento de atividade, em 2022, estamos gradualmente a retomar a prestação deste serviço, que ficou comprometido devido à pandemia pela Covid 19.

É prospetivável que continuemos a prestar o serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do acionista único, o tarifário permanecerá inalterado em 2023.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.

Contrato-Programa para 2023 — Transporte Urbano de Passageiros

O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2023, é de 524.759,70 € (quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos), ao qual acresce iva à taxa legal em vigor (6%).

O valor proposto reflete um aumento na ordem dos 10,86% face à proposta apresentada no ano anterior e resulta dos seguintes pressupostos:

- Os efeitos da pandemia da Covid 19 ainda se fizeram sentir no início de 2022, com as consequentes repercussões negativas na receita, sentidas em todos os segmentos de atividade da empresa: transportes urbanos, transportes escolares e ocasionais e estacionamento.
- Os efeitos negativos da guerra são uma realidade incontornável: o aumento sem precedentes da inflação e a crise no setor energético, imprimem uma grande vulnerabilidade à atividade de transporte rodoviário de passageiros, essencialmente devido à dependência dos combustíveis e outras fontes de energia e matérias primas, a par da incerteza e da imprevisibilidade quanto ao futuro, transversais a todos os setores económicos. Neste ponto, salientamos o peso material da rubrica dos fornecimentos e serviços externos, relativos à atividade dos transportes urbanos, que passaram de 223.580,14 € em 2021, de onde se destacam os gastos com os combustíveis, no valor de 90.865,91 €, para uma projeção para 2023 de 252.555,94 € para fornecimentos e serviços externos, e gastos com os combustíveis no montante de 133.643,80 €.
- A base de cálculo para o valor proposto para o contrato programa para 2023, assenta nos registos contabilísticos obtidos no primeiro semestre 2022, projetados à data de 31 de dezembro de 2022.
- Prosseguindo o objetivo da autonomização progressiva do serviço de transportes urbanos no Concelho da Marinha Grande, desde janeiro 2021, que estamos a prestar este serviço a 100% com meios próprios, sem recurso à subcontratação.
- Em 2022, a Tumg assegurou, através de meios próprios (12 miniautocarros), a prestação do serviço em todas as 16 linhas urbanas existentes.

- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta da projeção da informação contabilística apurada em 30 de junho de 2022.
- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, à data de 30 de junho de 2022.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2023:

CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA	
	Orçamento 2023
Gastos	
(Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica)	
Transportes Urbanos	
Serviços Diversos	252.555,94
Gastos com pessoal	261.374,89
Depreciações	150.581,86
Impostos	134,76
Outros	120,58
Gastos Perdas Financeiras	22,94
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	664.790,97
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	50.658,63
Bilhetes a bordo	46.449,02
Bilhetes pré-comprados	4.209,61
Passes	74.812,64
Geral	29.528,30
Jovens	32.459,00
Seniores	11.374,62
Cartões	1.450,72
Outros	14.560,00
Publicidade	14.560,00
Outros	
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	140.031,27
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	524.759,70

Nos transportes urbanos da Marinha Grande, e à semelhança do que acontece na maior parte dos municípios, a terceira idade e a população escolar continuam a evidenciar os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração para 2023 foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração, na assunção de que a entidade pública participante não irá propor alterações ao tarifário vigente.

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2021-2023, elaborados em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º 1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg — Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2023
- Orçamento Gastos 2023
- Plano Anual de Investimentos 2023
- Orçamento Anual de Exploração 2023-2025
- Orçamento Anual de Tesouraria 2023
- Balanço Previsional Plurianual 2023-2025

A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os tempos de incerteza, sem dúvida que serão o grande desafio da nossa missão.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica a 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2023, situa-se em 1.010.911,36 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Variação
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06	16,2%
Subsídio à exploração	524.759,70	473.337,37	10,86%
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46	-1,4%
Juros dividendos e outros rendimentos similares		0,10	0,0%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.010.911,36	835.234,99	21%

Comparativamente ao orçamento elaborado para 2022, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento de 21%.

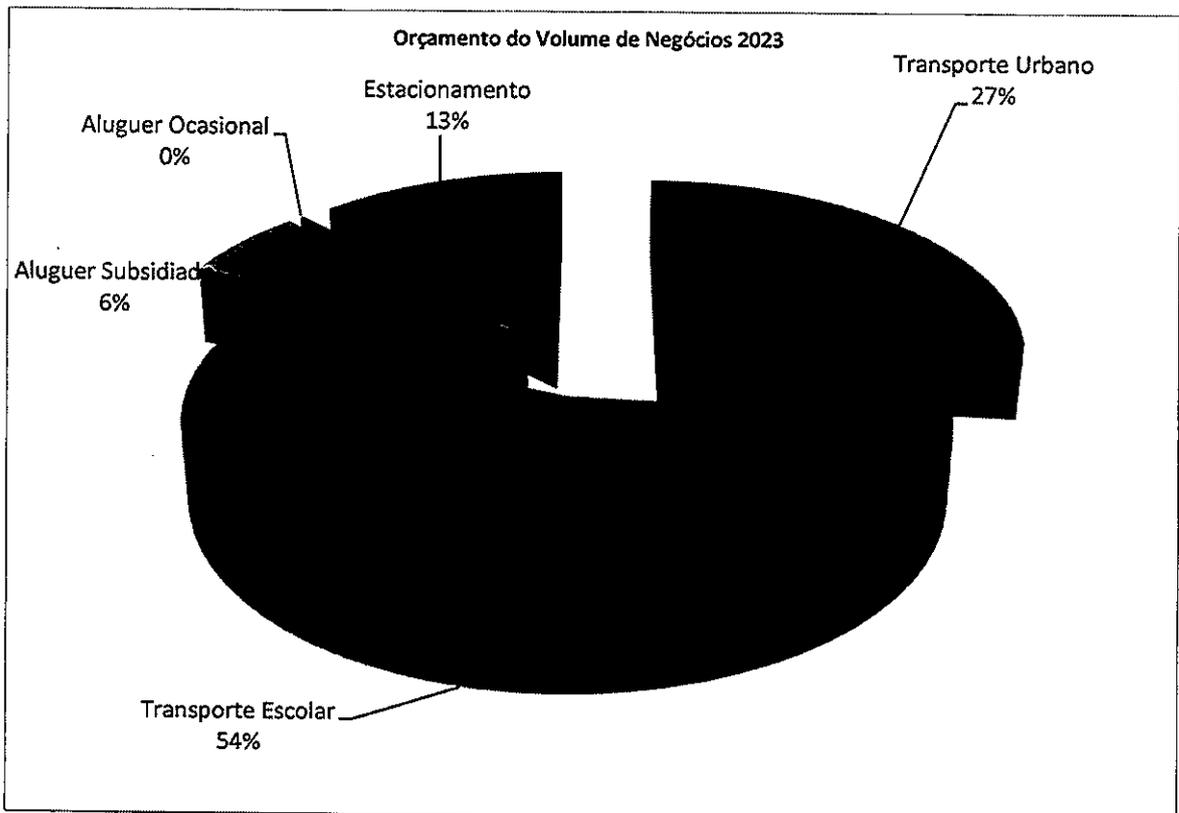
A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de junho de 2022, projetados a 31 de dezembro 2022.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 650.230,98 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 559.783,41 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 125.471,28 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 58.936,72 €, correspondente ao ano completo de atividade.
- Transportes escolares: atendendo aos fatores supra enunciados, é expetável o valor de proveitos de 256.873,44 €.

- Transportes subsidiados pelo Município: Atendendo à retoma gradual desta atividade, ocorrida em 2022, prevemos uma receita de 30.310,22 €.
- Transportes ocasionais: atendendo ao histórico de 2021 e à reduzida expressividade no primeiro semestre de 2022, o valor a considerar não traduz relevância material.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022.

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Prestação de serviços	471.591,66	335.937,06
Transportes passageiros	287.183,66	197.274,92
Aluguer subsidiado	30.310,22	340,00
Transportes escolares	256.873,44	196.934,92
Transportes ocasionais	0,00	0,00
Transportes urbanos de passageiros	125.471,28	101.570,96
Bilhetes	50.658,64	37.266,82
Bilhetes a bordo	46.449,02	32.987,54
Bilhetes pré-comprados	4.209,62	4.279,28
Passes	74.812,64	64.304,14
Geral	29.528,30	32.384,48
Jovens	32.459,00	19.487,30
Seniores	11.374,62	11.583,34
Cartões	1.450,72	849,02
Estacionamento	58.936,72	37.091,18
Bilhetes	58.936,72	37.091,18
Subsídio à exploração	524.759,70	473.337,37
Contrato de gestão	524.759,70	473.337,33
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Publicidade	14.560,00	16.540,00
Subsídio Investimento	0,00	9.420,46
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,10
Juros de aplicações financeiras	0,00	0,10
Outros Rendimentos		
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.010.911,36	835.234,99
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	52%	57%

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2023, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito e refletem o agravamento dos preços dos bens e serviços, registado no primeiro semestre de 2022.

GASTOS			
	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Desvio
FSE	534.992,04	372.827,58	43%
Gastos com o pessoal	322.400,71	283.500,52	14%
Gastos de depreciação/amortização	152.120,06	171.283,93	-11%
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54	-15%
Gastos e perdas de financiamento	53,00		
Impostos sobre rendimento período	166,40	1.510,41	
TOTAL DOS GASTOS	1.010.098,91	829.552,98	22%

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2023 e 2022, e respetivos desvios.

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 1.010.098,91 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, passando o seu valor percentual de 45% para 53% dos gastos totais em 2023.

Da análise do quadro, constata-se um aumento dos gastos na ordem dos 22% relativamente ao ano anterior, destacando-se o enorme aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, dos quais se destacam:

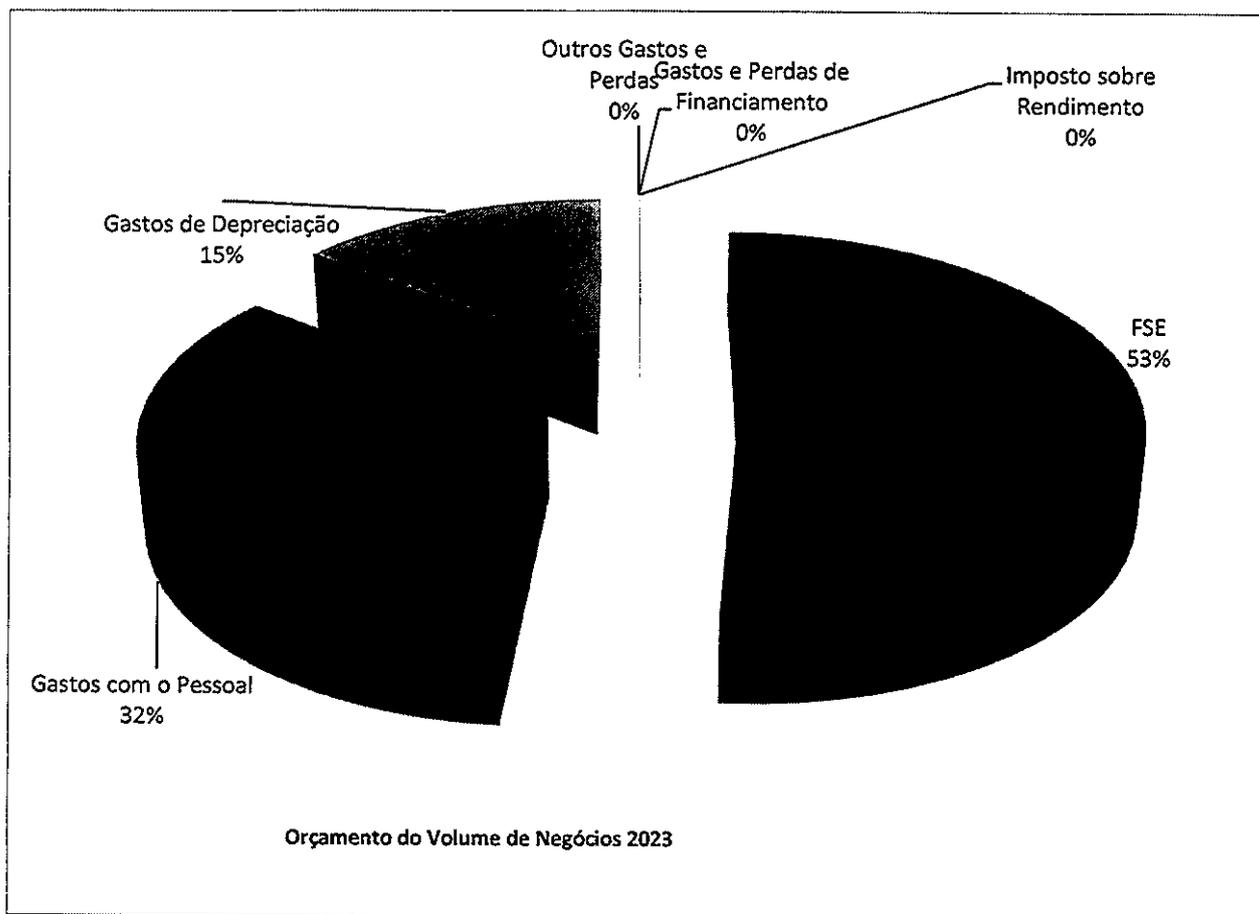
- Energia e fluídos: passa de um valor de 85.907,26 € no orçamento para 2022, para 136.745,56 € em 2023. Mais 49.838,30 €
- Gastos com o Pessoal: passa de um valor de 283.500,52 € no orçamento para 2022, para 322.400,71 € em 2023. Mais 38.900,19 €
- Subcontrato Transportes Escolares: passa de um valor de 136.560,06 € no orçamento para 2022, para 267.218,06 € em 2023. Mais 130.658,00 €

Os gastos de depreciação/amortização, no valor de 152.120,06 €, continuam a representar um valor com grande relevância material.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de pessoal.

Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor para 2022.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2023, com comparação ao orçamento de 2022:

GASTOS

	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Fornecimentos e serviços externos	534.992,04	372.827,58
Subcontratos	267.218,06	136.560,06
Transportes Públicos	0,00	0,00
Outros alugueres	0,00	0,00
Transportes Escolares	267.218,06	136.560,06
Serviços especializados	85.006,00	107.119,76
Trabalhos especializados	17.247,04	6.484,74
Honorários	15.200,00	10.200,00
Publicidade e propaganda	2.728,54	4.838,06
Vigilância e segurança	11.377,86	7.667,42
Conservação e reparação	38.005,66	76.590,02
Serviços bancários	446,90	1.339,52
Outros	0,00	0,00
Materiais	4.584,16	2.808,48
Ferramentas e Utensílios	139,74	54,46
Livros e documentação técnica	54,00	216,00
Material de escritório	4.178,72	2.132,94
Artigos para oferta	211,70	405,08
Energia e fluidos	136.745,56	85.907,26
Eletricidade	2.605,60	2.061,16
Combustíveis	133.643,80	83.350,36
Água	496,16	495,74
Deslocações estadas e transportes	248,80	110,86
Deslocações e estadas	248,80	110,86
Serviços Diversos	328,72	0,00
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Transporte Mercadorias	328,72	0,00
Comunicação	4.241,18	3.886,54
Telefones, correio telemóveis	4.241,18	3.886,54
Seguros	31.874,84	31.583,90
Responsabilidade civil	31.874,84	31.583,90
Contencioso e notariado	1.612,40	290,64
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	3.132,32	4.560,08
Outros Serviços	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	322.400,71	283.500,52
Remunerações órgão sociais e pessoal	245.952,25	222.294,94
Encargos sobre remunerações	60.534,62	47.586,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	10.368,38	8.631,36
Outros gastos com o pessoal	5.545,46	4.987,24
Gastos de depreciação e de amortização	152.120,06	171.283,93
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	152.120,06	171.283,93
Outros Gastos e Perdas	366,70	430,54
Outros	366,70	430,54
Gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	53,00	0,00
Impostos sobre o rendimento do período	166,40	1.510,41

IRC	166,40	1.510,41
TOTAL DOS GASTOS	1.010 098,91	829.552,98

Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2023 foi calculado com base nos valores reais à data de 30 de junho 2022, projetados a 31 de dezembro 2022, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2023:

- Subcontrato
 Refle os custos diretos dos transportes escolares, atentas as necessidades previstas para 2023, com base no valor do contrato adjudicado para 2022.
- Gastos de depreciação/amortizações

Plano Anual de Investimentos 2023

É nossa intenção proceder à aquisição de 2 abrigos de passageiros.

Será igualmente necessário proceder à aquisição de um miniautocarro, uma vez que a empresa possui 3 viaturas com 17 anos.

Uma vez que a empresa está a operar a 100% com meios próprios, é necessário substituir as viaturas em fim de vida, de modo a não reduzir a sua atividade.

A aquisição desta viatura não está ainda contabilizada nas demonstrações financeiras para 2023, uma vez que à presente data não existem linhas de financiamento abertas para o efeito.

INVESTIMENTOS	Orçamento 2023
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Equipamento Básico	
2 Abrigos de Passageiros	5.480,00
Total dos Investimentos	5.480,00

No 1.º semestre de 2022, o investimento em imobilizado reduziu-se a 3.802,90 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	1.º semestre 2022
Ativos Fixos Tangíveis	
Equipamento Básico – Bancos elevatórios	280,90
Equipamento Básico – Câmara de Vigilância	1.247,00
Ativos Fixos Intangíveis	
Software Implementação do código QR	2.275,00
Total	3.802,90

Ainda não nos foi possível concretizar o objetivo de adquirir uma viatura elétrica, tal como previsto no orçamento para 2022, uma vez que o programa de financiamento para aquisição de viaturas limpas, de transporte pesado de passageiros, foi aberto apenas para as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Aguardamos que o programa seja reaberto, com abrangência a outras entidades.

Orçamento de Exploração Plurianual – 2023-2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Vendas e serviços prestados	471.591,66	335.937,06
Subsídios à exploração	524.759,70	473.337,37
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 372.827,58
Gastos com pessoal	- 322.400,71	- 283.500,52
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	25.960,46
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 430,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	178.476,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 171.283,93
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	7.192,32
Juros e rendimentos similares obtidos		0,10
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	
Resultado antes de impostos	978,85	7.192,42
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 1.510,41
Resultado líquido do período	812,45	5.682,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Orçamento 2025
Vendas e serviços prestados	471.591,66	481.023,49	490.643,96
Subsídios à exploração	524.759,70	535.254,89	545.959,99
Fornecimentos e serviços externos	- 534.992,04	- 532.691,88	- 542.345,72
Gastos com pessoal	- 322.400,71	- 328.848,72	- 335.425,70
Outros rendimentos e ganhos	14.560,00	14.851,20	15.148,22
Outros gastos e perdas	- 366,70	- 374,03	- 381,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	153.151,91	169.214,95	173.599,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 152.120,06	- 167.620,06	- 162.620,06
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.031,85	19.594,89	28.979,19
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	- 53,00	- 54,59	- 56,23
Resultado antes de impostos	978,85	19.540,30	28.922,96
Impostos sobre o rendimento do período	- 166,40	- 3.321,85	- 4.916,90
Resultado líquido do período	812,45	16.218,45	24.006,06

O Orçamento plurianual de exploração (2023/2025) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: O subsídio à exploração para 2023, traduz um incremento na ordem dos 10,86%, de modo a equilibrar o aumento dos gastos, uma vez que o tarifário dos transportes urbanos e do estacionamento se mantêm inalterados.
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos

Orçamento Anual de Tesouraria – 2023

RUBRICAS	Previsão 2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	1.187.906,17
Pagamentos a fornecedores	-732.938,24
Pagamentos ao pessoal	-319.580,97
Caixa gerada pelas operações	135.386,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-126.920,07
Outros recebimentos/pagamentos	-419,70
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	8.047,18
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-6.740,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-6.740,40
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-52.229,76
Juros e gastos similares	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-52.229,77
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-50.922,98
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	236.369,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	185.446,21

Balanço Previsional Plurianual – 2022-2024

RUBRICAS	Previsão 2023	Previsão 2024	Previsão 2025
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	359 000,58 €	209 380,52 €	64 760,46 €
Participações Financeiras	3 282,04 €	4 086,40 €	4 890,64 €
	362 282,62 €	213 466,92 €	69 651,10 €
Ativo corrente			
Clientes	180 676,75 €	184 290,28 €	187 976,09 €
Estado e outros entes públicos	8 862,69 €	19 012,21 €	29 272,06 €
Outras contas a Receber	218 170,55 €	196 353,50 €	176 718,15 €
Diferimentos	45,94 €	47,32 €	48,74 €
Caixa e depósitos bancários	185 446,21 €	473 665,95 €	518 108,11 €
	593 202,14 €	873 369,26 €	912 123,15 €
Total do Ativo	955 484,77 €	1 086 836,18 €	981 774,24 €
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338 000,00 €	338 000,00 €	338 000,00 €
Reservas legais	40 483,06 €	40 564,30 €	40 692,14 €
Resultados transitados	263 416,53 €	264 147,73 €	265 298,33 €
	641 899,59 €	642 712,03 €	643 990,47 €
Resultado líquido do período	812,45 €	16 218,45 €	24 006,06 €
Total do capital próprio	642 712,04 €	658 930,48 €	667 996,53 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	52 229,73 €	- €	- €
Provisões	61 727,00 €	61 727,00 €	61 727,00 €
	113 956,73 €	61 727,00 €	61 727,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	97 951,38 €	260 904,97 €	208 489,46 €
Estado e outros entes públicos	17 368,83 €	24 904,58 €	18 235,76 €
Outras contas a pagar	30 164,80 €	27 148,32 €	24 433,49 €
Financiamentos Obtidos	52 229,76 €	52 229,73 €	- €
Diferimentos	1 101,23 €	991,11 €	892,00 €
	198 816,00 €	366 178,71 €	252 050,71 €
Total do Passivo	312 772,73 €	427 905,71 €	313 777,71 €
Total do capital próprio e do passivo	955 484,77 €	1 086 836,18 €	981 774,24 €



www.tumg.pt

- Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A. | 2023-
Documentos de Gestão Previsional | 2025

Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 1.010.911,36 € e gastos num total de 1.010.098,91 €, originando um resultado antes de impostos no valor de 812,45 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 28 de novembro de 2022, com a deliberação cujo conteúdo se transcreve.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and curves, is located in the bottom right corner of the page.

Deliberação do Conselho de Administração

28.11.2022

O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada, na sequência da reformulação proposta na reunião do Conselho de Administração do dia 23.11.2022, pelo facto de a presidente do CA, no exercício do seu voto de qualidade, ter determinado a reformulação dos documentos, nomeadamente a retirada do valor da aquisição do veículo, a contratação de dois recursos humanos e avaliação da revisão dos valores do combustível tendo por base o facto de ter sido apresentado um aumento de 60%, quando no Município, a média do ano em curso, se cifra em 25%.

Em face do acima referido, a administradora executiva teceu os seguintes comentários:

1 - Entende que é necessário a aquisição de um miniautocarro, quer seja movido a combustíveis fósseis ou elétrico. Contudo, considerando a diferença de preços (o segundo é 3 vezes superior ao primeiro) propôs a aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, pelas razões que passa a expor:

- Considera que, atendendo à idade de algumas viaturas, que fazem parte da frota da empresa municipal, designadamente 3, adquiridas em 2005, é urgente proceder à substituição das mesmas, pelo que propõe a aquisição de um miniautocarro em 2023.
- Uma vez que neste momento não existem programas de financiamento para a aquisição de viaturas de transporte público de passageiros elétricas, estando esse programa apenas previsto para a Área Metropolitana de Lisboa e Porto;

- Atendendo ao investimento elevado que a aquisição de uma viatura com esta tipologia comporta, na ordem dos 280 mil euros;
- A vogal executiva considera ser importante e urgente a aquisição de uma viatura a diesel, cujo valor de aquisição é de cerca de 90 mil euros, de modo a fazer face, num prazo mais imediato, a este constrangimento de meios operacionais (autocarros), sob pena de termos a circular veículos que não oferecem as condições de conforto e segurança necessárias para efetuar o serviço público de transporte de passageiros, quer para os utilizadores quer para os próprios motoristas.
- Salientou ainda o facto de que a aquisição do autocarro a diesel, prevista para 2023, não onera o contrato programa para 2023.

2 - A administradora executiva entende que o orçamento deveria contemplar o recrutamento, de pelo menos, de 2 recursos humanos, de modo a garantir a realização da atividade da empresa, no âmbito das atribuições e estratégias definidas. Assim, quanto ao recrutamento de 2 recursos humanos refere o seguinte:

- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumg, é necessária a contratação de mais um motorista, de modo a garantir os tempos de pausa, as rendições e colmatar as férias, faltas e licenças de todos os motoristas.
- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tumg, é igualmente necessário o recrutamento de um responsável de serviço, com conhecimentos da atividade, para coadjuvar a Vogal executiva, nas funções de direção, orientação, e fiscalização dos motoristas, assim como para planear as atividades do serviço de transporte público de passageiros, atendendo a que essas funções atualmente recaem única e exclusivamente sobre esta, o que pode comprometer o normal funcionamento da empresa, nos seus impedimentos de férias, faltas e licenças.

3 - A administradora executiva, no que se refere aos custos com o combustível explanou o seguinte:

- Os custos com o combustível colocados no orçamento para 2023, traduzem um aumento na ordem dos 60% e que corresponde aos gastos reais incorridos com aquela rubrica, que passaram de 41.480,78 € no 1.º semestre de 2021, para 66.146,02 € no 2.º semestre de 2022, o que representa um acréscimo de 59,46 %, não sendo exetável que esta situação evolua de forma positiva, uma vez que não se perspetiva o fim da crise energética que vivemos a nível mundial.

4 - A administradora executiva considera, quanto à alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023, que é alheia a esse constrangimento, pelo que tem que ser o Município a encontrar soluções que salvaguardem os interesses da empresa. †

5- A Administradora executiva teceu ainda as seguintes considerações:

- Os transportes públicos constituem um serviço público essencial, devem ser perspetivados na sua vertente social e a tendência mundial é que se tornem gratuitos, uma vez que esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais;
- A Tumg presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos deve ser encarado como uma despesa pública que existirá sempre, qualquer que seja o modo de exploração do serviço;
- Uma forma de reduzir o valor do subsídio à exploração e nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências no domínio do estacionamento público, no âmbito do objeto social e atribuições

estatutariamente consagradas à empresa municipal, designadamente no que se refere à gestão dos parques de estacionamento onerados, as receitas das multas neste domínio, deveriam reverter para esta e não para o Município;

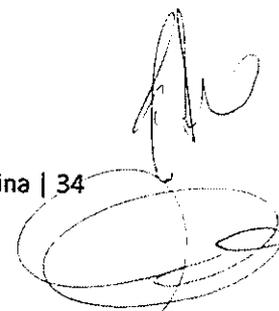
- Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade.

6 – A administradora executiva entende ainda que esta obrigação de redução do valor do subsídio à exploração, resultante da ausência de dotação orçamental da Câmara Municipal, para o ano de 2023, não tem qualquer fundamentação por parte da Presidente do Conselho de Administração. De qualquer modo, é sua convicção que uma determinação deste tipo, por parte da Presidente do CA, carece de uma posição fundamentada do acionista único que até esta data não foi se pronunciou.

7 - A Administradora executiva declina assim quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar.

Sobre o exposto pela Administradora da TUMG, a presidente do Conselho de Administração regista o seguinte:

1. A Administradora da empresa fez uma proposta de documentos previsionais que remeteu para o revisor oficial de contas, sem conhecimento prévio e discussão da mesma em sede de Conselho de Administração.



2. Ao tomar conhecimento de tal facto, a Presidente do Conselho de Administração convocou reunião para o dia 23.11.2022 para apreciar o assunto.

3. Nessa reunião esteve presente a Técnica Superior Jurista, Dr.ª Madalena Oliveira, dado que necessitada de solicitar documentos específico para a elaboração a proposta de mandato discriminado, e a Dirigente, Dr.ª Sandra Paiva, para abordar a questão do enquadramento orçamental e as formas através das quais podia o Município proceder ao mesmo. Nessa reunião abordou-se o valor disponível à data e os possíveis cenários do enquadramento.

4. Atenta à proposta inicial de documento apresentada pela Administradora (Anexo 1), a Presidente do Conselho de Administração manifestou, em reunião do dia 23.11.2022, a sua discordância relativamente às seguintes matérias:

a) Aquisição do miniautocarro: conforme foi esclarecido na reunião trata-se da aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, o que determinou a sua posição de discordância, atento o facto de se tratar de uma viatura que não seria movida a energia elétrica, ou outra energia alternativa e sustentável.

A Presidente acrescentou ainda que o facto de não ter sido demonstrada a existência de apoios financeiros para a aquisição de veículo elétrico de transporte público de passageiros, determinou também a posição tomada;

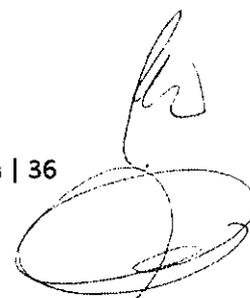
b) Contratação de recursos humanos: A Presidente entendeu que, face ao aumento de custos resultantes da contratação de dois novos trabalhadores, não tinha ficado devidamente demonstrada e fundamentada a necessidade dos mesmos, o que dada a situação financeira da empresa determinou também a sua não concordância;

c) Custos com combustível: A Presidente considera que o aumento de cerca de 60% parece ser excessivo devendo o mesmo ser revisto, dado que os valores comparativos do Município, apontam para um valor médio de 25%.

5. A Presidente do Conselho de Administração tem outra perspetiva quanto a este assunto, entende que a empresa deve encontrar outros rendimentos que não passem pela dependência da subsidiação do Município, mas por aumentar a prestação de serviços de modo que a empresa seja sólida e autossustentável.

6. Depois desta reunião, em contacto telefónico estabelecido com a Administradora, a Presidente do Conselho de Administração, face aos argumentos invocados pela Administradora quanto às suas preocupações com a reavaliação do valor do combustível, deu orientação à Administradora de que deve manter os dois domínios da alteração expressa na reunião de 23.11.2022, isto é, deve ser retirada a proposta de aquisição do autocarro e da contratualização de dois recursos humanos, o que nada tem que ver com custos dos combustíveis (uma vez que a administradora considera deverem manter-se), situação que figura na segunda versão da proposta dos documentos previsionais, também por orientação sua. Para ser mais clara, a segunda versão, ora em apreciação nesta reunião, mantém os custos de combustível previstos na proposta inicial, tendo sido retirados os valores do autocarro e dos dois recursos humanos.

7. Relativamente aos pontos acima expressos quanto à natureza dos transportes públicos, à prestação do serviço essencial e à expressão utilizada pela Administradora “*Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA*”, a presidente do CA esclarece que nada disso está em causa na proposta de instrumentos previsionais em apreço nesta reunião.



8. Quanto à afirmação da Administradora de “alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023 (...) amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade”, a Presidente do CA esclarece que o suprarreferido é uma falsa questão, que deturpa tudo o que foi a orientação da Presidente do CA, uma vez que não é nada disto que está em causa, mas somente a retirada dos valores do custo com dois recursos humanos, a aquisição de um autocarro movido a combustível fóssil (a opção da Presidente do CA é a de adquirir um veículo movido a energia elétrica, ou outra ecologicamente mais eficiente, com apoio de financiamento externo, com impacto em termos de redução da pegada ambiental, constituindo-se este como um ponto de honra da qual ela não abdica). O valor do combustível manteve-se na proposta em apreço, pelo que a Presidente do CA não deu qualquer indicação para baixar este valor, apenas retirar o do autocarro e dois recursos humanos.

9. Por outro lado, não havendo qualquer proposta no sentido de serem criadas novas linhas urbanas de circulação, esclareceu que tal argumento também é uma falsa questão, uma vez que essa intenção não se encontra espelhada nos documentos previsionais apresentados.

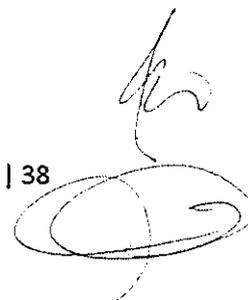
10. Também não está em causa a importância do serviço público prestado pela TUMG, atendendo à sua relevância social.

11. Quanto aos recursos humanos a Presidente do CA entende que o que verdadeiramente está aqui em causa é a necessidade de rentabilizar os recursos humanos atualmente existentes na TUMG, numa conjuntura económica e financeira de grande instabilidade, que se antevê para o ano de 2023, devendo prescindir-se do recrutamento de novos elementos, privilegiando-se a otimização dos trabalhadores da empresa, com isso evitando um aumento de custos que lhe parece desnecessário.

12. Assim como entende que, atenta a conjuntura, não é o momento adequado para se proceder à contratação de um responsável de serviço que a possa substituir nas suas ausências, quando esta necessidade nunca foi manifestada pela Administradora, ao longo dos vários anos em que exerce este cargo.

13. Importa ainda clarificar que “a Administradora não pode declinar quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar”, quando a Presidente do CA, apenas lhe deu a indicação de ajustar a proposta inicial do documentos retirando os custos inerentes à aquisição de um autocarro e à contratualização de dois recursos humanos (o que não consubstancia uma suborçamentação do orçamento, nem põe em causa a empresa). A única redução que se reflete no contrato-programa é o correspondente ao montante previsto para os recursos humanos, no valor de 35.023,71€.

A presente ata integra a proposta inicial realizada pela administradora (Anexo 1) e a proposta de documento Previsionais reformulada pela Administradora, nos termos e dando cumprimento à deliberação da reunião do CA datada de 23.11.2022 (Anexo 2) - onde não consta a aquisição do veículo e contratação de dois recursos humanos - à qual ela não é alheia.

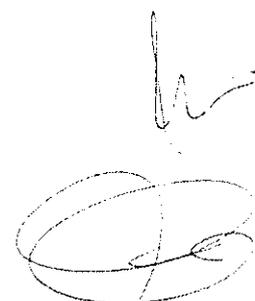


O Conselho de Administração apreciou a proposta de orçamento apresentada pela Administradora (Anexo 2), ajustada à retirada dos valores do autocarro e dos dois recursos humanos, tendo deliberado aprovar os seus termos, com o voto de qualidade da presidente do CA e o voto contra da Vogal executiva.

Mais deliberou submeter o documento à apreciação do Revisor Oficial de Contas e à Câmara Municipal.

A vogal executiva vota contra o reajustamento dos documentos previsionais dada a redução do valor da proposta para o contrato programa, nos termos supra elencados, e por considerar que essa redução, tal como explanado, desvirtua a realidade da empresa, para além de implicar uma tentativa de alvitrar uma redução da sua atividade, com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade, com a agravante de poder colocar em causa a segurança de pessoas e bens e conduzir ao eventual encerramento da empresa tendo apresentando uma declaração de voto, que faz parte integrante da presente ata.

A Presidente do Conselho de Administração também declarou o seguinte: “a proposta ora apresentada prevê que o custo de exploração para o ano 2023 é de 524.759,70€ em vez dos 559.783,41€ previstos na proposta inicial, logo não é o seu diferencial (35.023,71€), ou seja, apenas não contempla inerente à pretendida contratação de dois recursos humanos. Ou seja, não tem qualquer redução na atividade com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade nem põe em causa segurança de pessoas e bens e conduz ao eventual encerramento da empresa”.

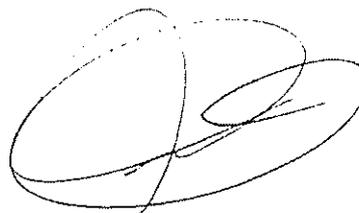


Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezanove e trinta, lida e aprovada a ata respetiva que foi assinada pelos membros que compõem o Conselho de Administração da empresa.

Conselho de Administração



Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro



Maria de Fátima Malesso Cardoso

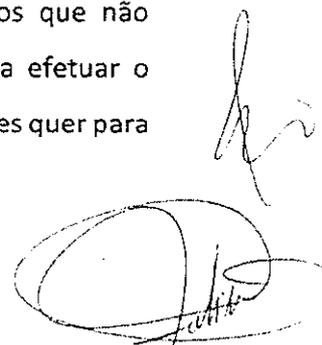
DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos da deliberação da reunião do CA datada de 28 de novembro de 2022, cujo ponto único foi a apreciação da proposta dos documentos previsionais 2023-2025, a Administradora votou contra os documentos previsionais que resultaram da redução do valor da proposta do valor do subsídio a exploração, por considerar que essa redução, tal como explanado, desvirtua a realidade da empresa, para além de implicar uma tentativa de alvitrar uma redução da sua atividade, com consequências nos resultados operacionais e líquidos da entidade, com a agravante de poder colocar em causa a segurança de pessoas e bens.

O voto contra consubstancia-se no seguinte:

1 - A administradora executiva entende que o orçamento deveria contemplar a aquisição de um miniautocarro, quer seja movido a combustíveis fósseis ou elétrico. Contudo, considerando a diferença de preços (o segundo é 3 vezes superior ao primeiro) propôs a aquisição de um veículo movido a combustíveis fósseis, atendendo à idade de algumas viaturas, que fazem parte da frota da empresa municipal, designadamente 3, adquiridas em 2005, sendo urgente proceder à substituição das mesmas, pelo que propõe a aquisição de um miniautocarro em 2023.

- Uma vez que neste momento não existem programas de financiamento para a aquisição de viaturas de transporte público de passageiros elétricas, estando esse programa apenas previsto para a Área Metropolitana de Lisboa e Porto;
- Atendendo ao investimento elevado que a aquisição de uma viatura com esta tipologia comporta, na ordem dos 280 mil euros;
- A vogal executiva considera ser importante e urgente a aquisição de uma viatura a diesel, cujo valor de aquisição é de cerca de 90 mil euros, de modo a fazer face, num prazo mais imediato, a este constrangimento de meios operacionais (autocarros), sob pena de termos a circular veículos que não oferecem as condições de conforto e segurança necessárias para efetuar o serviço público de transporte de passageiros, quer para os utilizadores quer para os próprios motoristas.



- Salientou ainda o facto de que a aquisição do autocarro a diesel, prevista para 2023, não onera o contrato programa para 2023.

2 - A administradora executiva entende que o orçamento deveria contemplar o recrutamento, de pelo menos, 2 recursos humanos:

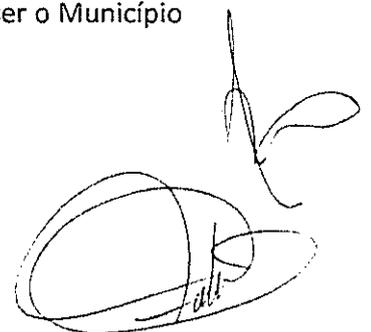
- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tmg, é necessária a contratação de mais um motorista, de modo a garantir os tempos de pausa, as rendições e colmatar as férias, faltas e licenças de todos os motoristas.
- Atendendo à atual dimensão do serviço de transporte público de passageiros prestado pela Tmg, é igualmente necessário o recrutamento de um responsável de serviço, com conhecimentos da atividade, para coadjuvar a Vogal executiva, nas funções de direção, orientação, e fiscalização dos motoristas, assim como para planear as atividades do serviço de transporte público de passageiros, atendendo a que essas funções atualmente recaem única e exclusivamente sobre esta, o que pode comprometer o normal funcionamento da empresa, nos seus impedimentos de férias, faltas e licenças.

3 - A administradora executiva não concorda com a proposta de redução dos montantes orçamentados na rubrica combustíveis, porquanto:

- Os custos com o combustível colocados no orçamento para 2023, traduzem um aumento na ordem dos 60% e que corresponde aos gastos reais incorridos com aquela rubrica, que passaram de 41.480,78 € no 1.º semestre de 2021, para 66.146,02 € no 2.º semestre de 2022, o que representa um acréscimo de 59,46 %, não sendo exetável que esta situação evolua de forma positiva, uma vez que não se perspectiva o fim da crise energética que vivemos a nível mundial.

4 - A administradora executiva considera, quanto à alegada insuficiência da verba inscrita em orçamento municipal para o contrato programa a celebrar para 2023, que a empresa municipal é alheia a esse constrangimento, pelo que tem que ser o Município a encontrar soluções que salvaguardem os interesses da empresa.

5 - A Administradora executiva teceu ainda as seguintes considerações:



- Os transportes públicos constituem um serviço público essencial, devem ser perspetivados na sua vertente social e a tendência mundial é que se tornem gratuitos, uma vez que esbatem as desigualdades sociais, promovem a coesão territorial, com as consequentes vantagens ambientais;
- A Tumb presta um serviço público essencial, com um tarifário social, sendo que o diferencial entre os rendimentos e os gastos deve ser encarado como uma despesa pública que existirá sempre, qualquer que seja o modo de exploração do serviço;
- Uma forma de reduzir o valor do subsídio à exploração e nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências no domínio do estacionamento público, no âmbito do objeto social e atribuições estatutariamente consagradas à empresa municipal, designadamente no que se refere à gestão dos parques de estacionamento onerados, as receitas das multas neste domínio, deveriam reverter para esta e não para o Município;
- Não concorda com esta amputação do valor do contrato programa para 2023 e manifesta desde já grande preocupação com os cortes propostos pela Presidente do CA, que poderão pôr e causa o normal funcionamento da empresa, inviabiliza por completo o eventual alargamento das linhas urbanas assim como pode implicar a redução do nível de serviço prestado à população da Marinha Grande e não garante a manutenção de um serviço de qualidade.

5 – Mais entende a administradora executiva que esta obrigação de redução do valor do subsídio à exploração, resultante da ausência de dotação orçamental da Câmara Municipal, para o ano de 2023, não tem qualquer fundamentação por parte da Presidente do Conselho de Administração.

De qualquer modo, é sua convicção que uma determinação deste tipo, por parte da Presidente do CA, carece de uma posição fundamentada do acionista único que até esta data não se pronunciou.

6 - A administradora executiva declina assim quaisquer responsabilidades que poderão surgir decorrentes da vontade política que a Presidente do Conselho de Administração está a querer implementar.

A Administradora

Fátima Cardoso

